



**Ministério do Turismo
Conselho Nacional de Turismo**

**ATA DA 11ª REUNIÃO DO
CONSELHO NACIONAL DE
TURISMO REALIZADA EM 07 DE
DEZEMBRO DE 2005, EM
BRASÍLIA – DF.**

A reunião foi presidida pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Turismo e Presidente do Conselho Nacional de Turismo, Walfrido dos Mares Guia.

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e cinco, às nove horas, no Salão Murano, Academia de Tênis, em Brasília/DF, sob a **Presidência do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Turismo e Presidente do Conselho Nacional de Turismo, Walfrido dos Mares Guia**, reúnem-se os **Conselheiros Titulares e Suplentes do Conselho Nacional de Turismo**, conforme assinaturas constantes às folhas 14 do Livro de Presença. A reunião tem início com o **Presidente da Mesa, Excelentíssimo Sr. Walfrido dos Mares Guia** que saúda as senhoras e senhores Conselheiros, solicita a gentileza que assumam os seus lugares em função do dia de trabalho, com longa pauta, sendo esta a 11ª reunião do Conselho, a última do ano de 2005. Passa a palavra ao **Secretário Executivo Márcio Favilla** para conduzir a parte inicial em função que o **Secretário Nacional de Políticas de Turismo, Sr. Milton Zuanazzi**, só chegará no final da manhã. O **Secretário Márcio Favilla** cumprimenta a todos, lembra sobre a assinatura do livro de presença, destaca a existência de *quorum*, pergunta sobre alguma observação em relação à Ata da reunião anterior, e se esta pode ser considerada aprovada, na forma como foi distribuída aos Conselheiros, 15 dias antes da reunião. **Aprovada a Ata da 10ª Reunião do Conselho Nacional de Turismo**, inicia a leitura da ordem do dia: Estatísticas da Hotelaria Brasileira dos Pequenos, Médios e Grandes Meios de Hospedagem a ser apresentada pelo **Presidente da ABIH Nacional, Sr. Eraldo Alves Cruz**. O segundo item, Parceiros para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável, a ser apresentada pelo Presidente da **Federação Brasileira dos Convention & Visitors Bureau, Sr. João Luiz dos Santos Moreira** e, o terceiro item que trata da IIIª Feira Internacional da Amazônia a ser apresentada pela **Sra. Izabella Figueira (SUFRAMA)**. Anuncia que posteriormente serão as manifestações dos Conselheiros, observando o tempo de três minutos para cada. Primeiro, o **Sr. Marcelo Sáfadi (FORNATUR)** e, segundo o **Sr. Eduardo Barnes (ABRASTUR)**. Como item seguinte, a regulamentação da profissão de turismólogo com o **Sr. Sergio Fernandes Martins (ABBTUR)**, depois os resultados da CVC em 2005 e previsão para 2006 com o **Sr. Guilherme Paulus (CVC)**, encerrando o período da manhã. No período da tarde, informa que ocorrerão as comunicações do Ministério, notícias sobre a RETE com o **Secretário de Políticas Milton Zuanazzi** e, sobre o Projeto da Conta Satélite de Turismo no Brasil, com o técnico do **IBGE, Sr. Guilherme Teles**. O último item da pauta seria a análise do pedido de inclusão das entidades, Associação Brasileira de Trens Turísticos Culturais e o Fórum das Agências de Viagens Especializadas em Contas Comerciais. O **Presidente da Mesa, Sr. Walfrido dos Mares Guia** solicita porém que esse assunto entre de imediato na pauta para deliberar e, se aprovado, que os representantes participem desde o início da reunião. Comunica que no encerramento haverá uma confraternização de final de ano, estando todos convidados pelo Ministério do Turismo. Como primeiro item da pauta, coloca em discussão a análise do pedido para inclusão das entidades, passando a palavra para o

Sr. Norton Lenhart (FHRBS) que saúda a todos. Informa que no dia anterior, na reunião da Câmara Empresarial de Turismo, discutiram a entrada das duas entidades no Conselho, sendo aprovadas por unanimidade, pois entendem que é de suma importância para o desenvolvimento do setor no país. O **Secretário Favilla** indaga se alguém mais gostaria de se manifestar e, coloca em votação a solicitação da Associação Brasileira de Trens Turísticos e Culturais, afirmando que para aprovar, todos continuem como estão. Aprovada. Em seguida, coloca também em votação a entrada da FAVECC, que é aprovada sob aplausos. O **Sr. Ministro Walfrido** convida os representantes da FAVECC e ABRASTUR, respectivamente o **Sr. Goiaci Guimarães** e o **Sr. Sávio Neves**, para tomarem assento na mesa e, serem recebidos já como membros do Conselho, participando da reunião. Destaca a sábia decisão do Conselho nessa aprovação, porque terá contribuição especial, não só empresarial, de pessoas importantes para o turismo brasileiro, além da contribuição pessoal, pela liderança do Goiaci e do Sávio, jovem que representa um setor que poderá ter um desdobramento extraordinário na área do desenvolvimento do Turismo de Lazer com os trens turísticos. Apresenta as boas vindas manifestando a expectativa de que as novas entidades ajudem o Conselho a acertar mais. Solicita que os comentários dos Conselheiros fiquem para o final, pois como última reunião do 3º ano da gestão do MTur, seria importante que os mesmos pudessem explicitar todas as suas dúvidas. Em continuidade faz referência ao ano eleitoral em 2006, onde a partir de junho as atenções estariam voltadas para a eleição. Manifesta ser extremamente oportuno o Conselho Nacional de Turismo aprovar a decisão do Ministério de coordenar, com envolvimento dos seus membros, as entidades do turismo do Brasil, representando todos os setores, a preparação de janeiro à abril de 2006, a exemplo do que foi feito de 2003, de um Plano Nacional de Turismo, com visão de 2015 e metas 2007/2010, uma vez que o Plano Plurianual vence em 2007. Destaca que na Lei do Congresso, cada governo que entra, tem que preparar no primeiro ano o PPA, submetê-lo ao Congresso Nacional para votação no final do ano, valendo pelos três anos seguintes do governo e pelo primeiro do próximo governo, razão porque o PPA desse Governo termina em 2007 e as metas do atual Plano terminam no final do primeiro ano do próximo governo, “onde estaremos com a expectativa das cinco metas plenamente atingidas: emprego, entrada de estrangeiros, divisas, desembarques nacionais e novos produtos”. Reforça que a riqueza do Conselho, envolvendo uma experiência que está presente em volta da mesa, é tão grande que, não em nome do Ministério, mas do Conselho como uma entidade da sociedade inteira, devia oferecer ajuda ao governo para acertar mais, oferecer aos candidatos o que pensa em relação à Política de Turismo para os próximos anos. Com isso, tentar fazer um Plano com metas para 2008, 2009 e 2010, referendando ou ampliando as metas de 2007, sem a necessidade de diminuí-las, mas com novas metas prospectivas para 2015, considerando que a economia do turismo gera emprego, renda e divisas, além de considerar as especificidades dos setores, as Políticas Públicas necessárias para Financiamento, Capacitação, Promoção, etc. Convida para fazer um Plano com a experiência adquirida de três anos e a vitalidade do Conselho, consubstanciado em dados, para que o próximo governo, a partir de 2007, ao sentar-se à mesa, já tenha, diga-se assim, uma diretriz oferecida pelo próprio setor do turismo brasileiro. Ressalta que isso será uma coisa importante e, fica como uma sensibilização para, na parte da tarde, o Conselho discutir a questão. Seguindo a pauta, o **Secretário Márcio Favilla** agradece ao Ministro, entra na ordem do dia com o 1º item, chama para a apresentação do **Presidente da ABIH Nacional o Sr. Eraldo Alves da Cruz** sobre as Estatísticas da Hotelaria Brasileira dos pequenos, médios e grandes meios de hospedagem. O **Sr. Eraldo Alves Cruz (ABIH)** cumprimenta o **Sr. Ministro e Presidente do Conselho**, demais autoridades e os membros do Conselho. Manifesta alegria em apresentar a 2ª parte e final do 1º Censo Brasileiro dos Pequenos, Médios e Grandes Meios de Hospedagem. Lembra o que disse o Ministro Walfrido no Palácio dos Bandeirantes em São Paulo, durante o CONOTEL, onde foi entregue a 1ª parte do Censo, cujo universo envolveu 7.003 hotéis, com resultados fidedignos, sobre a hotelaria brasileira, elaborado pela conceituada Editora Abril e Guia Quatro Rodas. Ressalta que a parceria se deu graças ao patrocínio do SEBRAE no projeto

conjunto sobre Competitividade dos Pequenos Meios de Hospedagem e dos Hotéis Brasileiros. Na oportunidade, chama o **Sr. Caco de Paula (Diretor da Editora Abril)** para fazer a explanação dos resultados do Censo e em seguida, faz a entrega solene ao **Sr. Ministro** e ao **Sr. Luiz Carlos Barbosa (Diretor do Sebrae Nacional)**, de um Cd com toda a documentação, solicitando que conste nos Anais do Ministério e do Sebrae Nacional. Agradece a oportunidade, passa à palavra ao ilustre **Sr. Caco de Paula (Diretor da Editora Abril)** que destaca a expectativa da pesquisa poder se transformar em um valioso instrumento de análise e planejamento sobre o que existe na hotelaria brasileira e, garante que os dados levantados são inéditos, trazem até surpresas para aqueles que há quarenta anos fazem o maior Guia de Hotéis do Brasil, bem como para a ABIH Nacional. Reitera que o resultado do trabalho é uma análise da ocorrência de 188 itens e serviços oferecidos pela hotelaria, organizados por região, por faixa de conforto de hotel, principais cidades e estados, sendo importante para efeito de planejamento e conhecimento da estrutura da rede hoteleira. Destaca as principais conclusões que vão permitir ao Conselho ou a indústria de hotéis a interagir com a indústria de fornecedores, tendo a noção do peso de cada item pesquisado na indústria hoteleira. O **Sr. Eraldo Alves Cruz (ABIH)** rememora que no início do governo, o Sr. Ministro, em conversa com o *trade*, cobrou que o governo e os empresários precisavam de estatísticas, de meios para aferir o setor. Com satisfação então, mais uma vez, entrega a pesquisa que realmente traça o perfil da hotelaria brasileira, permitindo ações de forma clara sobre o mercado. O **presidente da EMBRATUR Sr. Eduardo Sanovicz**, registra que esse processo coroa uma participação e apoio do Grupo Abril, particularmente com o **Sr. Caco de Paula**, no conjunto dos programas da EMBRATUR. Lembra que pouca gente sabe e, que seria justo colocar de público, que ao iniciarem no MTur, o Sr. Ministro determinou que todo programa de Promoção Internacional primasse pelo conteúdo de informações para promoção comercial e imagens. Ressalta que naquele momento, haviam dificuldades de recursos para colocar no ar uma série de programas e, foi o Caco de Paula, com o Grupo Abril, que socorreu a EMBRATUR cedendo imagens e conteúdo, possibilitando a produção do material para as primeiras ações de promoção comercial no exterior. Registra isto de público acreditando que hoje completam esta imensa parceria que começou há três anos. Em nome do Conselho, o **Sr. Ministro Walfrido** cumprimenta o Presidente da ABIH Nacional e o Sr. Caco de Paula, pela contribuição que trazem aos formuladores da política pública e tomadores de decisão, acreditando que os Bancos representados no Conselho como o BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste do Brasil, vão sair extremamente abastecidos com os dados para entenderem, de maneira definitiva, além do que já conhecem de conteúdo e informações de cada instituição financeira, pelo histórico que possuem, mas examinando ainda que o perfil dos financiamentos existentes precisam de um longo caminho a trilhar. Comunica que tem algumas notícias boas em andamento e, muito em breve ocorrerá a abertura de novas carteiras e novas linhas, mas o importante é que, esse detalhamento possibilitará aos Bancos ver o tamanho deste negócio, a quantidade de gente que emprega, o potencial com 70% de pequenas e médias empresas com capacidade para expandir. Portanto, destaca a necessidade de políticas públicas nos Bancos para financiar pequenos, médios e grandes em condições efetivas para que tenham sucesso e, esta é uma grande contribuição da ABIH para o setor de turismo do Brasil como um todo. Enfatiza que gostaria de propor uma moção de aplausos para esse trabalho feito e propõe, para concordância do Conselho, registrar oficialmente em Ata. Aplausos. Em continuidade o **Sr. Ministro Walfrido** ressalta que obviamente não pode deixar de dar o tributo ao SEBRAE que entrou na parceria, parabenizando o **Sr. Luiz Carlos (Diretor do SEBRAE)** pela iniciativa. O **Secretário Milton Zuanazzi** assume a secretaria executiva do Conselho. Pede desculpas pelo atraso e segue a pauta anunciando o **Sr. João Luiz Moreira (FBC&VB)** que cumprimenta as autoridades, conselheiros, convidados e equipe técnica do MTur. Apresenta o trabalho motivado a partir das ações desenvolvidas pelas Câmaras Temáticas, Secretaria Nacional de Políticas e Secretaria Nacional de Programas de Turismo, sobre Aliança Estratégica com Bancos para desenvolver o setor. Informa que

hoje a Federação reúne 65 Convention Bureau no país, está em processo de organização as cinco Federações Estaduais, criando a Confederação Brasileira e em fase de instalação, o Instituto Brasileiro de Convention & Visitors Bureau, a mercê do dinamismo do setor, notadamente a partir da implantação do Plano Nacional do Turismo, seus programas, sub-programas e objetivos. Destaca que atendendo estes setores desenvolve uma aliança estratégica com o Banco do Brasil, com apoio do SEBRAE, com alternativas de fomento ao turismo brasileiro, contribuindo no fornecimento das micro e pequenas empresas, com ampliação da oferta do crédito de serviços. Ressalta um total de 5 mil empresas associadas aos Convention Bureau, na ordem de 50 mil empregos diretos e 150 mil postos de trabalhos indiretos, onde a finalidade da parceria na aliança estratégica é implementar ações conjuntas, com foco no desenvolvimento de micro e pequenas empresas na área de turismo, nos municípios com os Convention Visitors Bureaus instalados. A operacionalização do Convênio é identificar as micro e pequenas empresas que pretendem realizar investimentos com fins produtivos e, auxiliar na análise da viabilidade técnica e mercadológica dos seus negócios. Cabe ao Banco do Brasil disponibilizar linhas de crédito e oferecer àquelas que exportam, o atendimento via Balcão de Comércio Exterior, incluindo treinamento, consultoria e informações sobre apoio financeiro para internacionalização das empresas, área em que o Banco do Brasil já tem soluções com financiamentos para investimentos, capital de giro, serviços e apoio à exportação e, os recursos são usados com taxas e volumes de créditos a serem definidos pela Secretaria Nacional. Para capacitação e treinamento, foram estruturados os associados da Federação e do setor de Tecnologia e Conhecimento, onde a Federação disponibiliza ao setor, o atendimento da demanda gerada pelo protocolo, através dos eixos de organização internos com seus associados, parceiros e todas as entidades envolvidas nos Convention Bureau. Outro produto é o Mostra o Brasil, programa de promoção comercial no exterior promovendo destinos, produtos, serviços e empresas, direcionado para exportadores brasileiros, em especial as pequenas empresas que queiram entrar no mercado internacional e convidando importadores, clientes, produtores e fabricantes brasileiros, estabelecendo rodadas de negócios entre empresas, administrado pela Federação. Dentre os objetivos destaca-se o incremento das exportações brasileiras, a promoção e o fortalecimento de eventos setoriais, atraindo clientes e turistas para o Brasil, a promoção dos produtos brasileiros de turismo, tornando o Mostra Brasil um importante meio de integração entre os organismos do turismo brasileiro. O **Sr. Ricardo Conceição (Banco do Brasil)** saúda o Ministro e senhores Conselheiros e registra que na 1º Reunião do Conselho, o Ministro lançou um desafio para os Bancos públicos procurarem direcionar as ações, apresentarem um desempenho mais adequado e mais amplo no apoio às empresas e ao setor do turismo no Brasil. Com satisfação revela que verifica, pelo quadro distribuído, os avanços acontecidos, que o Banco do Brasil ocupa hoje em torno de 60% no apoio ao segmento, resultado de uma estratégia interna onde foi organizado e montado um programa especificamente voltado para o turismo. Informa que foi criada uma diretoria especial de Micro e Pequenas Empresas que possui uma divisão voltada ao turismo, com melhor foco e os resultados estão aí, R\$ 1 bilhão e meio através dos Bancos Oficiais de recursos para o segmento, o que é uma expressiva parcela, não querendo dizer com isto que não possuem um espaço mais amplo para melhorar a participação. Destaca os investimentos e que apostam muito neste modelo de convênio com o Convention como forma de alavancar uma participação ainda mais intensa do Banco do Brasil. Tem a certeza que identificadas às regiões, os segmentos, as cadeias produtivas e as próprias pequenas empresas, melhoram as condições de mobilizar toda a força e linhas disponíveis. Ressalta o capital de giro com mais de 160 milhões aplicados e também, através do PROGER-Programa de Geração de Emprego e Renda, com recursos do FAT. Registra o apoio do Ministério do Trabalho com o CODEFAT com recursos para dar seqüência a assistência às pequenas empresas, em destaque a área de turismo. Revela-se satisfeito com o que está acontecendo até o momento, em termos de crescimento e particularmente com a parceira demonstrada, porque é um modelo muito especial para trabalhar. O **Sr. Ministro Walfrido** diz, para quem não viu a tabela, que o Banco do Brasil no ano passado inteiro, emprestou

ao setor 893 milhões e até outubro deste ano, praticamente chegou a 864 milhões, representando até outubro, 65% dos financiamentos dos Bancos públicos ao setor. Agradece ao Sr. Ricardo Conceição (Banco do Brasil) as palavras, ressalta que estaria feliz se no final de 2006, ao completar os quatro anos de mandato, esse somatório em vez de 1 bilhão e meio, fossem 4 bilhões, um recorde. Informa a presença do representante do BNDES, com notícias alvissareiras, pois está sabendo que terá muito em breve uma nova linha específica para o turismo, constituindo um incremento definitivo para o setor. O **Secretário Milton Zuanazzi** passa a palavra para a **Sra. Izabella Figueira (SUFRAMA)** que apresenta a 3ª edição da Feira Internacional da Amazônia - FIAM, em 2006 e comunica o convite da Superintendente Flávia Gross que oferece Manaus como sede para realização da Reunião do Conselho Nacional de Turismo, no dia 01 de setembro, como parte dos eventos da Feira. Informa que no ano passado a 2ª FIAM contou mais ou menos com 130 mil visitantes e entrega uma pasta com os números da Feira e as expectativas para 2006, contando com 252 expositores em diversas áreas, no objetivo de incrementar o fluxo de turistas, viabilizar parcerias, divulgar a Amazônia e seus produtos, atrair investimentos para a região e estimular as exportações. Informa que na 3ª edição ocorrerão dois grandes eventos com a 10ª Conferência das Zonas Franca Latino Americana e o 14º Simpósio Brasileiro de Agricultura, portanto espera contar com a aprovação da proposição feita. O **Secretário Milton Zuanazzi** informa que o Conselho reúne-se sempre em Brasília, mas que já ocorreram exceções com Belo Horizonte, durante o Congresso da ABRAJET, Salvador durante o Fórum Mundial e coloca para o âmbito do Conselho, o convite para Manaus sediar a reunião em setembro de 2006. Se houver a manifestação favorável dos Conselheiros pode aprovar hoje como pré-indicação. Coloca em votação e então é aprovada. Aplausos. O **Secretário Milton Zuanazzi** dá continuidade, ressalta o momento de ouvir primeiro os Conselheiros para, na parte da tarde, apresentar o relatório. Aberta às manifestações dos senhores Conselheiros, solicita a capacidade de síntese como sempre, para haver tempo de ouvir a todos. Começa com os inscritos previamente por *e-mail* com o **Sr. Marcelo Sáfydi (FORNATUR)**, que cumprimenta a todos. Dirige-se ao Ministro, comenta que talvez seja uma das últimas participações no Conselho Nacional de Turismo, pois em fevereiro de 2006 estará deixando a presidência do FORNATUR. Diz que, de qualquer forma continua parceiro do Conselho. Como primeiro assunto a tratar destaca os empreendimentos turísticos em área de preservação permanente. O FORNATUR, depois de receber várias demandas de empresários dos estados, verificou que há, não só uma grande demora, mas também, indefinição de critérios claros sobre empreendimentos turísticos em áreas de preservação permanente, incluindo alguns *resorts* nas áreas de mangues, equipamentos turísticos na beira de rios, *piers* e outros equipamentos. Comenta que ocorreu, por diversas vezes, entrar em contato com o Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA para fazer reunião, pelo menos de ajuste de conduta, para que os empresários tenham conhecimento de prazos e métodos de licenciamento. Revela que durante este período não conseguiu realizar nenhuma reunião e então, humildemente através do Fórum Nacional de Secretários diz que este assunto tem mais estatura do que o Fórum, é um assunto do Ministro e com isso pede que o Ministério promova esta reunião com urgência. Existem vários impedimentos no Brasil com problemas de liberação de financiamento e cria-se um impasse. A Lei não proíbe os empreendimentos, mas diz que os mesmos devem ter licenciamento especializado. O segundo assunto, como não pode correr o risco de errar, pela primeira vez faz uma leitura, porque é uma preocupação real e que talvez possa ser mal interpretado. Ressalta que depois distribui o texto para que tenham maiores explicações. Para o registro da pauta solicita que conste o seguinte texto: "O turismo brasileiro vive um momento muito promissor resultado de uma condição compartilhada entre os governos federais, estaduais, municipais e o mercado. Uma aliança que não é incondicional, mas vem sendo consolidada a partir de negociações permanentes e resultados monitorados. Trata-se de uma política pública, resultado do encontro de um *trade* amadurecido com *time* de gestores públicos federais, estaduais e municipais, comprometidos com a realização de uma gestão profissional, de longo prazo. Juntos, todos elaboramos o Plano Nacional de

Turismo, coordenado pela equipe do Ministro Walfrido Mares Guia. Estamos aprimorando-nas instâncias do Conselho Nacional de Turismo com as entidades que o compõem. O Conselho Nacional de Turismo reúne praticamente todos os segmentos das atividades turísticas e tem-se adiantado para debates mais aprofundados, criando uma força política e econômica e, negociando em bloco as demandas do setor mas, os desafios do turismo são muitos e nem sempre ligados diretamente às instituições de sua cadeia produtiva. Nas atividades multi setoriais, o turismo fica a mercê de uma série de circunstâncias que devem ocorrer simultaneamente para que os resultados sejam alcançados. Temos que avançar mais, desenvolver um sistema institucional de gestão compartilhada compatibilizando as demandas operacionais do dia a dia com as leis e instituições vigentes. A esfera pública deve se concentrar em manter a regulamentação, a regulação e a formalização das políticas, definidas em parceria com o setor privado no Conselho Nacional de Turismo. Já na promoção, nos eventos e na capacitação, a execução deve ocorrer com recursos públicos e privados, através de instituições mistas como é o caso das OSCIP's, Fundações e do Sistema S. As regras adequadas para a realização de obras de engenharia, leia-se 8666 e, as milhares de instituições normativas e portarias não podem prejudicar a promoção e o desenvolvimento do turismo no Brasil. Devemos consolidar o Conselho Nacional de Turismo, o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais e os Fóruns Estaduais como instâncias de governança legítimas junto aos órgãos fiscalizadores com mandato para deliberar o setor. Acordada uma instituição no âmbito do Conselho Nacional de Turismo e dos Fóruns Estaduais esta instituição pode ser contratada para a ação proposta, por dispensa de licitação e, como exemplos já realizados, o contrato entre o Ministério e a UBRAFE, o Ministério e a ABIH, todos feitos através de convênios. Ocorre que a lei permitiria a realização de contratos desde que a instituição maior do nosso setor aprovasse em assembléia. Os mecanismos de convênios são burocráticos, ineficientes do ponto de vista operacional e não são econômicos para o nosso dinheiro. O desafio é poder executar uma política pública de maneira profissional, transparente, inovando não só na administração pública, mas a administração dos recursos públicos, não ficando submissos a um sistema de administração que comprovadamente não tem sido eficaz no controle da qualidade do investimento. As regras e os mecanismos para combater a corrupção não se mostram eficientes no geral, mas especialmente para o turismo provoca um prejuízo, pois pelas regras atuais de convênio perde-se o *time* na promoção e o poder do uso de compra, perde-se o poder da barganha. Existem hoje entre os representantes da cadeia produtiva do turismo, entidades sem fins lucrativos especializadas e criadas por interessados no *trade*, para estes fins, o que permite a contratação das mesmas, à luz da Lei, desde que tenham o aval das entidades maiores do setor no caso, o Conselho Nacional de Turismo. Estamos prontos para uma nova gestão pública nos moldes da França, Estados Unidos e Espanha, considerados hoje países de referência, fazedores de turismo, campeões mundiais desta atividade. Nestes países o governo repassa recursos às instituições do turismo e são estas que fazem a promoção. As entidades privadas, lado a lado com o governo, podem e devem realizar sem os custos da burocracia, as ações necessárias ao desenvolvimento do setor. Só assim garantiremos a continuidade deste momento rico que estamos vivendo. Informa que está distribuindo um outro texto que explica um pouco mais a situação para o ano de 2006, mas diz que “conseqüiremos construir talvez o maior patrimônio desta gestão se construirmos uma Mesa de Negociação que é o Conselho Nacional de Turismo”. Ressalta que o mecanismo de Convênio comprovadamente não tem sido bom, tem impedimentos de burocracia. Sabe que esse não é um assunto fácil, mas para continuarmos melhorando o aproveitamento dos recursos, fortalecendo os Fóruns e entidades setoriais, temos que sentar com o Congresso, com o Ministério Público, com o Tribunal e explicar que para modernizar o turismo temos que começar a desobstruir o acesso com os fornecedores. A quantidade de contratos que realizamos tem inviabilizado o aproveitamento efetivo dos recursos, muito obrigado. Aplausos. O **Sr. Ministro Walfrido** faz um comentário sobre a proposta do Secretário Marcelo Sáfyadi, porque realmente este é um problema grave. O próprio exemplo dado, a Secretária Maria Luisa contratou a ABETA para fazer o

treinamento do Turismo de Aventura, só que não significa que a mesma fica livre, pois está recebendo um recurso público, e ao fazer as contratações, deve-se seguir a 8666. Tem um limite que, acima de 80 mil reais deve-se seguir todos os procedimentos da 8666, que são os mesmos para fazer uma Hidroelétrica, uma cidade ou um treinamento. O **Sr. Marcelo Sáfadi (FORNATUR)** informa que através de convênio, mesmo esta cláusula caiu agora, que através de contrato não há esta prerrogativa. O **Sr. Ministro Walfrido** destaca que não é tão simples assim, pois se fosse já haveriam resolvido a questão. Considera a idéia muito boa e merece que se crie, como sugestão do Secretário Milton Zuanazzi um pequeno grupo de trabalho na Câmara de Legislação para colocar um foco nisso. Orienta para chamar consultores jurídicos, pois quando se usa o bom senso e a lógica, acha-se que tem o caminho, mas quatro ou cinco anos depois, quando os dirigentes não mais estão no cargo, vem uma interpretação do Tribunal de Contas e aí, tem que contratar advogado do próprio bolso, para justificar coisas feitas anos atrás, com autorização de todos. Diz que deve haver uma cautela muito grande, existe um momento propício pela união e força deste Conselho, o reconhecimento público no Congresso para o governo, dos governos estaduais, da Política de Estado do Turismo. Ressalta que pode-se examinar, pois a idéia traz uma luz muito boa para ir à Câmara de Legislação, colocar um foco, examinar os limites do governo e do contrato. Destaca que o Sr. Marcelo Sáfadi está coberto de razão, os Secretários de Estado estão quase sem o instrumento de trabalho, mas pede ao Conselho que amadureça a idéia, discuta na Câmara de Legislação para na próxima reunião de março fazer uma proposta concreta, previamente analisada pelos Consultores Jurídicos do Mtur, da Embratur, da Controladoria Geral da União e, eventualmente até da Advocacia Geral da União. Ressalta que o Tribunal de Contas tem uma postura de não avançar numa opinião, quer primeiro julgar o fato concreto para depois colocar por escrito e se propõe ir lá conversar com os Conselheiros, que podem dar uma diretriz, porque a sociedade brasileira e os representantes de categorias, estão representadas no Conselho Nacional com 63 membros. Considera a importância de fazer uma pressão no Congresso, através de todos os trâmites existentes para colocar o olho nisto. Conclama para aproveitar o momento e buscar uma solução para o assunto e destaca que o Conselho tem que ir fundo na questão. Pede a todos os Conselheiros a máxima prudência quando for opinar sobre determinadas coisas e pede ainda para aprovar a criação de uma Comissão, dentro da Câmara de Legislação, para estudar a proposta do Sr. Marcelo Sáfadi, que é muito competente, ver quais os caminhos para dar velocidade na realização das coisas, como repassar dinheiro, para quais entidades, de que natureza, com qual propósito, se estão ou não sujeitas à leis de licitação com a 8666, se é para pagar evento, comprar espaço. Ressalta, se todos concordam, criar a Comissão. O **Secretário Milton Zuanazzi** coloca em votação o 1º tema do **Sr. Marcelo Sáfadi (FORNATUR)**. O **Sr. Norton Lenhart (FHRBS)** afirma que a Câmara Empresarial junto com o Ministério, tem uma Comissão de Turismo que vai estender aos Secretários de Estado e a quem quiser participar, um debate bastante interessante, o que talvez resolve a primeira manifestação. O **Secretário Milton Zuanazzi** coloca a moção de apoio à proposta da ABRATUR referendada pelos Conventions sobre os EBT's, colocando em votação, quem está de acordo fica como está, quem é contrário ou, se tem alguma dúvida, também pode esclarecer. O **Sr. Ministro** pede ao presidente da EMBRATUR Sr. Eduardo Sanovicz, para enviar a todos os Conselheiros, o currículo dos representantes dos EBT's com a experiência das pessoas para explicar como funciona, porque ninguém é obrigado a saber a *priori* o detalhe. Informa que esteve pessoalmente na abertura de quatro unidades, quando observou o ambiente positivo que foi criado e numa hora desta, transparência não faz mal a ninguém. Solicita indicar, para que cada um dos Conselheiros seja o defensor da idéia, pois o que poderia acontecer, na pior das hipóteses, seria alguém dizer que não pode ter mais EBT, a não ser que seja com DAS e aí, não se consegue as pessoas. Considera bom que isso seja mostrado e que se crie esta cultura no turismo para não deixar misturar interesses pessoais com interesses públicos. Destaca que o Conselho pode inclusive ser duro nesta questão, qualquer cobrança ou pedido de explicação que fizerem, tem que haver humildade, além da obrigação de dá-la e explicitá-la, para qualquer um dos Conselheiros,

privados ou públicos. A **Sra. Margareth Caron Sobrinho (ABRACCEF)** coloca que o *trade* turístico há muito tempo quer fazer uma manifestação pública e o Sr. Eduardo Sanovicz pediu para aguardar, porque o Ministério estava dando uma resposta. Lembra, quem é do *trade* há tantos anos, sabe quem são as pessoas que estão nos EBT's. Todos são conhecedores dos seus currículos, então só resta cumprimentar, pois pela primeira vez na história, há uma preocupação real do Ministério em relação ao Turismo de Eventos e o Turismo de Negócios. Considera que todos devem aprovar e inclusive cumprimentar pela escolha das pessoas dos EBT's. O **Sr. Juarez Carvalho Filho (ABEOC Nacional)** faz um depoimento sobre os congressos internacionais que vão ser realizados no futuro, no Brasil, com o apoio dos EBT's no exterior. Destaca que sem os mesmos não poderiam estar fazendo o trabalho de captação e promoção. O **Secretário Milton Zuanazzi** coloca em votação a moção, se todos concordam permaneçam como estão, se houver discordância se manifeste. Aprovado. Em votação a sugestão do **Sr. Ministro** que a Câmara de Legislação reúna para tratar da temática proposta pelo **Secretário Marcelo Sáfadi** sobre a questão de convênios, contratos e parcerias. Se todos concordam permanecem como estão. Aprovada. Em seguida passa ao **Sr. Eduardo Barnes (ABRASTUR)** que destaca o lançamento do programa "Vai Brasil". Entende que o projeto de Férias do Trabalhador Brasileiro complementa e enriquece, pois é uma fonte inesgotável de recursos para que as pessoas possam utilizar, no futuro o "Vai Brasil" e, se houver a felicidade de conseguir implantar férias para o trabalhador brasileiro em dois anos, na primeira etapa beneficiaria 2 milhões e 370 mil trabalhadores. Pede a manifestação dos Conselheiros. O **Secretário Milton Zuanazzi** informa que o trabalho está em fase final de análise, com a coordenação do Secretário Executivo Márcio Favilla, que realmente é compatível o trabalho com a baixa temporada e sazonalidades, considera portanto uma grande idéia e que deve-se vencer as etapas. Diz que os números anunciados são importantes, solicita que o *trade* aprofunde, porque realmente abre perspectivas para todos os setores da cadeia produtiva do turismo, de forma intensa, proporcionando que mais brasileiros, numa espécie de fomento à viagem, tenham condições de viajar pelo Brasil. O **Sr. Ministro Walfrido** acrescenta que está devagar no assunto, não houveram avanços, mas cobra aos Secretários Favilla e Milton, porque três meses depois de apresentado o projeto, já era para ter havido uma reunião com o Ministro do Trabalho. Comunica que não chegou nada nas suas mãos e, solicita para o MTur andar de pressa com a idéia, que é boa demais para ficar guardada na gaveta. Ressalta que foi bom o Conselheiro trazer o assunto novamente, porque não está sendo tratado. Existe um parecer, um pouco inócuo e deve-se botar mais força por parte do Ministro, do Milton Zuanazzi e do Favilla, pessoalmente. O **Sr. Eraldo Cruz (ABIH Nacional)** ressalta o desejo de apoiar a proposta do Eduardo Barnes e já apoiar o Sr. Ministro. Considera que, tanto quanto o programa Vai Brasil, essa é uma forma de poder resolver o problema não só da baixa estação, como também da baixa ocupação dos hotéis do país inteiro. Afirma que é um programa que deve ser realmente muito bem estudado por todos. O **Secretário Milton Zuanazzi** agradece ao Sr. Eraldo Cruz. O próximo inscrito é o **Sr. Sergio Martins (ABBTUR)** com pauta prévia de inscrição, sobre a regulamentação da profissão do turismólogo. Em primeiro lugar agradece ao Secretário Milton Zuanazzi e a secretaria executiva do Conselho por haver colocado em pauta o assunto, polêmico inclusive para a categoria durante 30 anos. O objetivo maior da ABBTUR é justamente esclarecer, não só aos Conselheiros como ao empresariado de modo geral, sobre a intenção e objetivo da entidade quando fala na regulamentação da profissão do turismólogo. Destaca que, muitos acham o nome feio, mas que não tem outro. O posicionamento institucional da entidade é bem claro, qualquer que seja o projeto apresentado, seja pelo executivo ou legislativo, a posição da entidade é radicalmente contra a reserva de mercado. De maneira nenhuma a ABBTUR quer que os egressos de cursos superiores de turismo e hotelaria, sejam "engolidos" por empresários, isso é talvez uma lenda que já vinha há anos, que os empresários acham que se a regulamentação for sancionada, vai obrigatoriamente empregar um turismólogo na Agencia ou no Hotel. Informa que a entidade, em apoio e parceria com o MTur, SEBRAE Nacional e a Fundação Banco do Brasil estão realizando o

Programa Empreendetur, justamente com o objetivo de incutir essa cultura nos egressos dos cursos superiores de Turismo e Hotelaria. Considera que existe uma grande distinção entre regulamentar a profissão, que realmente é reserva de mercado e outra, que solicitam, regulamentar o exercício profissional. A entidade quer hoje simplesmente criar um mínimo de identidade para o egresso, porque quando existem mais de 140 mil acadêmicos matriculados, em mais de 750 cursos de turismo no país, o aluno sai graduado e, simplesmente fica num caminho “quem eu sou, para onde eu vou”. Afinal de contas o que pode fazer no mercado não quer dizer que terá garantia de emprego. Enfatiza que também não estão a favor de qualquer tipo de criação de entidade de fiscalização, o que querem na verdade, é que exista a entidade que possibilite identificar o turismólogo, que possa ser autônomo, pagar o INSS e atuar profissionalmente. Deixa claro para os demais senhores Conselheiros, que as competências que cabem ao turismólogo não são exclusivas, mas específicas, que não concorrem com as demais profissões regulamentadas, são diretrizes curriculares dentro das Instituições de Ensino. Solicita passar a palavra para a **Sra. Tânia Omena (ABBTUR – RJ)** que pede para dar um depoimento que é formada pela 1º turma de turismo do Brasil em 1974 e desde então, luta e trabalha em prol da profissão. Comenta que a ABBTUR tem 27 anos, foi iniciada no Rio de Janeiro e hoje está em 23 estados com uma proposta de legitimar o profissional. Ressalta que vivem situações complicadas como a necessidade de defender o curso junto ao MEC que trabalha com o curso de 3 mil horas ou seja, duração de quatro anos e hoje, permite e indica que o curso tenha até três anos, com 2.400 hs completas de formação. São problemas da área educacional e, como representante da Região Sudeste, dos cursos de Turismo e Hotelaria, pelo Fórum de Escolas precisa lutar no MEC para manter a qualidade do curso, impedir o aumento e melhorar a qualidade dos existentes, tudo isso sem ter uma profissão e um espaço regulamentado. Solicita a regulamentação para o reconhecimento social como uma questão de cidadania e de direito que a categoria vive nestes 34 anos. Destaca o número de formados em mais de 180 mil no país. Pede que todos leiam com cuidado o documento enviado com a proposta. **Sr. Sergio Martins (ABBTUR)** complementa e pede ao Conselho uma moção, sem querer levantar qualquer tipo de polêmica, que na última fala do Secretário Marcelo Sáfy quando comenta os resultados da reunião em Goiânia, que houvesse a participação do MTur e demais entidades para juntos com a ABBTUR aprovar esse ou outro projeto, que permita pensar em conjunto para reconhecer os profissionais. Diz que poderia ser um estudo, apoio jurídico a partir do Legislativo, do Executivo, mas que houvesse pelo menos a boa vontade do Ministério e entidades para ajudar a resolver o problema, caótico há 30 anos. Solicita o que é possível. O **Secretário Milton Zuanazzi** diz que, seguindo uma linha normal do Conselho, onde inclusive acaba-se de aprovar a discussão sobre a questão de convênios de parcerias, pode-se levar para uma Comissão dentro da Câmara de Legislação, dar um prazo para discutir, pois concorda que a Lei aprovada tem alguns desvios constitucionais e, a equipe do MTur com a consultoria jurídica observam também problemas de inconstitucionalidade da Lei, até porque são muitas tramitando no Congresso, com temas mais ou menos próximos. Propõe uma reunião, o mais rápido possível, onde seriam debatidos os interesses de todos os setores do Conselho Nacional sobre a questão da regulamentação da profissão de turismólogo, até estabelecer um consenso sobre vetos, que por ventura sejam da concordância de todos. Considera que esse encaminhamento fica bem. O **Sr. Ministro Walfrido** destaca os problemas de prazo, pois “esta Lei foi votada, não acompanhamos isso e dou minha mão à palmatória, o Senador Eduardo Azevedo, meu particular amigo, foi o relator, esse projeto passou no Senado e o Ministério não acompanhou”. Considera que está cheio de erros, e que o Presidente tem um prazo fatal para sancionar ou vetar uma Lei ou Projeto de Lei aprovado na Câmara e Senado. Destaca então que é seu compromisso e, “não há razão para não termos a regulamentação da profissão, pois é muito justo, sobretudo quando não traz, como você falou e já sei, a preocupação com a reserva de mercado, que a maioria dos empresários do mundo inteiro é contra o projeto de regulamentação da profissão, porque no fundo é tudo uma cortina de fumaça para exigir que não haja invasão da área de especificidade”. Reconhece que a

entidade pede apenas que seja reconhecido o que existe hoje, o Bacharel em Turismo, que se auto intitula “turismólogo” por falta de um nome melhor. Diz estar a favor do presidente da entidade mas, para sancionar a Lei é problemático, porque a mesma tem um conjunto de coisas absolutamente equivocadas. Comenta que existe um parecer interno da técnica do MTur Sra. Mara Flora que tomou conhecimento agora, o Secretário Milton ainda não leu, mas recomenda a necessidade de discutir e depois, se não houver condições de salvar o projeto, há o compromisso do Ministério, após ouvir o Conselho, organizar um outro com formato definitivo. Ressalta que não é o projeto da Deputada Maria Elvira sua amiga pessoal, de Minas Gerais que, dentre outras coisas foi pressionada para considerar turismólogo de nível superior, uma pessoa que trabalha há 12 meses no turismo, sem diploma nenhum. Considera que de um lado isso aprova uma profissão, mas de outro, desmoraliza. Compromete-se a fazer uma análise detalhada do assunto e mandar por escrito para o presidente da ABBTUR a opinião do Ministério, que obviamente tem que ser chancelada com parecer jurídico. Considera a exposição da entidade muito bem feita, consciente e que estão lutando por uma causa justa até que o Conselho possa dar o apoio, mas enfatiza que tem que analisar o projeto. Na hipótese de não poder ser sancionado, pede que o parecer não seja entendido como uma negativa, para botar fogo na palha. Diz que o simples fato do Ministério do Planejamento ter publicado no Diário Oficial da União que o Ministério do Turismo finalmente está autorizado a fazer o seu 1º concurso público para escolher 150 profissionais e, como não escreveu a palavra turismólogo, mas colocou profissionais de nível superior, já teve ameaça de manifestação de repúdio porque não consta turismólogo. Informa que o MTur precisa de geólogos, engenheiros, advogados, turismólogos, portanto de multidisciplinaridade. O **Sr. Sergio Martins (ABBTUR)** diz estar de acordo e complementa informando que a ABBTUR sofre pressão do país inteiro, por parte dos acadêmicos, o que é um direito deles, mas a posição da entidade sempre será de parceria e política porque nunca chegará no Conselho e falar alguma coisa que não querem ouvir. Concorda com o Edital do concurso e quanto a questão de manifestações da parte da ABBTUR não vai haver qualquer tipo de incitação, pois não é a política de atuação. Agradece o apoio, reafirma que concorda com o que foi comentado e a questão do apoio ao estudo do projeto. O **Secretário Milton Zuanazzi** comunica que a Câmara deve convocar uma reunião para debater sobre o assunto e se a ABBTUR se propõem, bem como os demais Conselheiros que tem interesse, serão chamados para a reunião no Ministério. Informa que vai pedir para a equipe da Sra. Tânia Brizolla cuidar do assunto. O **Sr. Norton Lenhart (FHRBS)** comunica ao **Secretário Milton Zuanazzi** que analisaram o Projeto de Lei aprovado no Senado e na Câmara, e segundo o Sergio informou, não é realmente o mesmo projeto que eles estão apresentando. O **Sr. Sergio Martins (ABBTUR)** diz, para efeito de esclarecimento, que o projeto da Deputada Maria Elvira, como o Ministro também comentou, não é o que estavam apoiando, pois originalmente eram nove artigos, criavam o Conselho Federal de Turismo, os Conselhos Regionais. Não era o que a ABBTUR queria. Concorda com o Ministro até com a questão do parecer inconstitucional, só não concorda é falar que o projeto de regulamentação do exercício da profissão tenha que vir talvez do Executivo, porque todas as regulamentações até hoje, pelo que sabe, vieram do Legislativo, esse é o desacordo. O **Secretário Milton Zuanazzi** ressalta que, por unanimidade, a Câmara entendeu que o projeto apresentado deveria ser vetado, até pela inconstitucionalidade do mesmo e, deixa claro também que o Conselho desaprovou a entrada do Conselho Federal de Administração porque entendia que já estávamos com os turismólogos. Reforça então que o Conselho sempre se mostrou favorável à ABBTUR, deixando isso muito claro para que não pare nenhuma dúvida, mas a maneira que está sendo colocado, existem pareceres da sua total inconstitucionalidade e não é possível aprovar um projeto desse jeito. Reafirma isso porque todos os membros da Câmara são do setor empresarial e não aceita, nem jamais vai admitir, que seja imposto quem deve ser contratado nas empresas. Deixa muito claro que não podemos mais permitir isso. Parabeniza o Sr. Ministro pelo concurso e deixa clara a necessidade de salvaguardar as empresas quanto a obrigatoriedade de contratação. O **Sr. João Martins (ABAV)** destaca que a ABBTUR sabe que a ABAV tem um

profundo respeito pelos profissionais bacharéis de turismo. Diz que a sua experiência como educador garante que, se essa Lei for sancionada cria-se uma idiossincrasia, dois tipos de turismólogos, os bacharéis e as pessoas com 12 meses de atividades semelhantes, que vão se achar com o direito de exercer as mesmas funções, desconhecendo a prática da Universidade e não deve-se agora tomar paliativos. O Conselho Nacional deve recomendar para ser vetado, em função que é uma Lei que não ampara, mas cria conflitos à toda a legislação existente, portanto um despreparo aos bacharéis de turismo, tão respeitados e reconhecidos. Propõe um voto de repúdio do Conselho e uma comunicação ao senhor Presidente da República, que é pessoa sensível, no sentido que esta Lei é inconstitucional, que criará profunda dificuldade aos bacharéis de turismo. **Sr. Norton Lenhart (FHRBS)** diz que não concorda com o pedido de repúdio porque considera que vai arranjar mais polêmica e prefere aguardar, talvez a manifestação do Ministério, como o Ministro propôs e, evidentemente se for pela questão de recomendação ao veto total do projeto, o Conselho deve acatar e concordar. O **Sr. Ministro Walfrido** ressalta a reunião a ser realizada e convida o Sr. João Martins (ABAV) e o Sr. Norton Lenhart (FHRBS) para discutir melhor o assunto, a fim de subsidiar o Presidente a sancionar um Projeto de Lei reconhecendo a profissão. Destaca que, se faz palestras em 10 Faculdades tem 11 pedidos para regulamentar a profissão, mas não se pode julgar com a platéia, é preciso muita responsabilidade, pois transformar palavras em Lei é pelo resto da vida. Afirma que é preciso ter a competência para entender o que tem de ruim e de bom na Lei e, considera que pode-se trabalhar com os pareceres existentes e as análises feitas pelo Norton, pelo Moreira e outros, que devem ser agregadas para buscar um consenso. Mostra a necessidade de fazermos a nossa parte, mandar uma recomendação competente, formal, com caráter jurídico e, não apenas de sonho, para ajudar o Presidente da República a tomar a decisão certa. Solicita fazer isso de forma compartilhada, porque se tiver que fazer um novo projeto será feito imediatamente e, já sairá pronto para tramitar no Congresso, com rapidez. Eventualmente pode até vir embutido na Lei Geral do Turismo portanto, considera a necessidade de discutir na reunião proposta, pois do jeito que foi colocado, se votarem pelo veto, a reunião proposta cai e temos que vetar. O **Secretário Milton Zuanazzi** confirma a reunião para o dia seguinte, às 09:30 hs para tratar este tema específico. O Sr. **Ricardo Simões (Ministério do Trabalho)** propõe também que o Ministério do Trabalho participe da reunião porque articula os pareceres. O **Secretário Milton Zuanazzi** passa a palavra para o **Sr. Guilherme Paulus (CVC)** que cumprimenta as autoridades e conselheiros presentes. Comunica que toma a liberdade de abrir os números da CVC para mostrar um pouco a credibilidade que a indústria do turismo, os Operadores e Agências de Viagens estão conquistando com a nova política do governo, que tem trazido frutos e confiabilidade da população brasileira no que tange ao crescimento. Informa que os números são importantes, abre dados particulares, pois não pode guardar só para a CVC, mas que deve mostrar, principalmente aos Conselheiros, pois considera que cada um faz parte do desenvolvimento do crescimento do turismo no país. Revela que cumpriu a meta, os números do crescimento da empresa é uma prova de cada entidade e associação, do trabalho que está repercutindo lá fora e a confiança voltada ao mercado, o que tem trazido grandes frutos com a ajuda do governo federal. Enfatiza que é preciso regulamentar os Cruzeiros Marítimos no Brasil e revela que tiveram problemas, o Ministro recebeu de imediato e conseguiram não facilidades, mas pelo menos que os Cruzeiros passassem a ser um pouco mais reconhecidos até pela Polícia Federal, que não entendia sobre as carteiras marítimas e uma série de problemas que têm enfrentado. Revela que cabe o agradecimento em público para todos os Conselheiros. Pede a oportunidade para mostrar um pouco do trabalho da CVC, como conseguiram chegar ao passageiro. Apresenta o geo posicionamento com o sistema para mapear cada cidade e espaço com o Agente de Viagem e o consumidor que comprou os pacotes CVC. Mostra o que acontece nas regiões e onde vai buscar os clientes, com o potencial de cada. O **Sr. Ministro Walfrido** ressalta que observa a questão do Rio de Janeiro estar em 9º lugar na procura de passageiros embarcados pela CVC e o crescimento de 2004 para 2005 é tênue, quase desprezível, de

46 mil para 47 mil, enquanto está crescendo o Brasil inteiro em 25% de um ano para o outro, alguns estados crescem, sobretudo do Nordeste. O Rio de Janeiro cresce em 1000 turistas e indaga se tem alguma análise de sensibilidade ou é uma questão de que não estão vendendo pacotes para o Rio? O **Sr. Guilherme Paulus (CVC)** diz que os hotéis do Rio de Janeiro hoje estão tomados por turistas estrangeiros e de um ano para o outro, não conseguiram crescer porque na hotelaria existe uma escassez e o Rio de Janeiro há 10 anos ou um pouco mais, não surge nenhum hotel novo. Ressalta que a BITO faz um trabalho excepcional captando lá fora no mercado, tanto que o Rio de Janeiro é um dos principais pontos de entrada de turismo no Brasil ainda hoje, e essa equiparação ao não crescimento do Rio de Janeiro é porque realmente tem falta de camas. O **Sr. Ministro Walfrido** informa que o Conselho Nacional de Imigração está reunindo agora com o representante do Ministério do Turismo para clarear a questão definitivamente e não acontecer o problema anterior. Informa que o comando da Polícia Federal em Brasília, o Ministro e o Secretário Executivo Luiz Paulo já sabem da questão e vão resolver no Conselho Nacional de Imigração. Pede ao **Secretário Márcio Favilla** que coordene o assunto e mantenha um contato com os empresários, porque é um absurdo a interpretação gratuita, individual de uma coisa que está explicitada. O **Sr. Orecio Junior (Dep. Informática - CVC)** apresenta o trabalho de geo posicionamento com o objetivo de visualizar, através de mapas, a concentração dos melhores clientes das filiais e os Agentes de Viagem. O **Secretário Milton Zuanazzi** informa que alguns Conselheiros vão querer aprofundar o assunto e de pronto agradece o Guilherme por disponibilizar ao Conselho as informações, que de certa forma são de interesse da CVC. O **Sr. Ministro Walfrido** indaga se o software está disponível para a concorrência. O **Sr. Guilherme Paulus (CVC)** confirma e reforça que tem o mapeamento do Brasil todo com concentração de clientes, o que serve de posição para o Agente de Viagens atuar, atender e vender. O **Sr. Virgilio (CVC)** apresenta o volume, por estado de destino, onde se observa que a Bahia lidera com 22% de vendas da CVC, o segundo vem o Ceará com crescimento de 33 a 34%, seguidos de Pernambuco com 24%, Rio Grande do Norte e Alagoas com 26%, etc. Informa que esse é o trabalho que a CVC vem fazendo, ano a ano, de crescimento. O **Sr. Ministro Walfrido** faz uma sugestão baseada na apresentação. Considera até uma ousadia do Guilherme abrir os dados da sua empresa, mostrando que o setor está robusto. Sugere que em cada uma das reuniões do Conselho, um setor apresente os números, por exemplo, na próxima reunião a ABIH apresenta os números consolidados da Hotelaria do Brasil inteiro, no ano anterior ou no trimestre, enfim o que aceitarem. Depois um setor de operadores, em seguida as Agência de Viagens, depois o setor de Parques Temáticos para termos uma idéia de números, pois afinal de contas o setor privado gera emprego, faz o turismo acontecer, então é muito importante saber, por setor, já que são tantos os exemplos como a ABRASEL, ABIH, ABEOC, ABAV, ABLA, etc. O **Sr. Ricardo Simões (Ministério do Trabalho)** informa, embora seja um registro administrativo e não uma pesquisa propriamente dita, que detém o CAGED - Cadastro Geral de Emprego e Desemprego e pode se comprometer, a cada reunião do Conselho, fazer o recorte do setor de turismo para indicar o comportamento do emprego. O **Sr. Ministro Walfrido** considera excelente. Ressalta que deve-se ver como trabalhar ainda para desdobrar melhor a informação, pois está ainda muito consolidada, mas é muito interessante trazer a pesquisa do CAGED que mostra, a grosso modo no Brasil, o nome da pessoa, o CPF, o nome da Empresa que contratou, o salário ganho. Só para emprego formal são 3 bilhões e 600 mil empregos em 35 meses de governo, mais de 100 mil empregos por mês. Ressalta que é muito bem lembrada a proposta do Ricardo e indaga se pode trazer as informações no disquete porque custa pouco dinheiro para distribuir com os Conselheiros e fazer uma apresentação de 15 minutos. O Sr. Ricardo informa que pode elaborar um Cd com os dados, por sub setores, não é muito complicado. O **Sr. Nascimento (ABRASTUR)**, cumprimenta as autoridades da mesa, diz que não pode deixar de falar, em nome das Empresas de Cruzeiros Marítimos e agradecer a interferência imediata do Ministério do Turismo na solução de problemas criados por outras áreas, dito pelo Guilherme, na Polícia Federal.

Agradece toda a equipe que se envolveu e sensibiliza mais uma vez para a necessidade da regulamentação do segmento em turismo, ameaçado agora de não parar mais em Búzios, onde na próxima temporada os passageiros iam deixar mais de 30 milhões de dólares e que seria um prejuízo enorme para a região. Informa que estão sendo multados e sofrendo inconvenientes muitos sérios, mas acredita que isso seja resolvido. O **Secretário Milton Zuanazzi** passa a palavra para o **Sr. Carlos Castelo Branco (BNDES)** que inicia prestando um esclarecimento sobre a tabela distribuída, com financiamentos por setor do turismo. A parte dos financiamentos do BNDES em 2005, no montante de aproximadamente 30 milhões de reais, se refere somente ao que fez diretamente numa linha de financiamento. Na verdade o BNDES liberou em 2005 até outubro, cerca de 90 milhões de reais. Esclarece que adicionalmente o BNDES faz financiamento através dos agentes financeiros e que houve uma preocupação de evitar a dupla contagem com o BB, a CEF, o BNB e o Banco da Amazônia, mas pode dizer que o repasse do BNDES para estes Bancos foi muito pouco. Teria dúvidas quanto os 20 milhões de reais destes 90, pois os 70 milhões foram, não tem risco algum, dupla contagem, 20 provavelmente sim, mas deve ser uma pequena parcela disso. Informa que o BNDES este ano criou o Departamento de Comércio de Serviços de Turismo, uma tentativa de atuar mais forte e priorizar o setor. Como informação distribui aos Conselheiros um estudo sobre o setor e a revista BNDES Setorial, editada semestralmente, onde a última edição se refere ao turismo, com concentração em hotelaria. Informa que a Diretoria do BNDES aprovou recentemente um encaminhamento à Casa Civil da Presidência da República, o que precisa de uma ação com o Ministério de Turismo, o Ministério de Desenvolvimento para que o turismo seja enquadrado entre os setores estratégicos na Política de Desenvolvimento Nacional, quanto ao Decreto Lei 2233 que cria exceções na Lei 4131, regula o financiamento ao capital estrangeiro, o que estaríamos propondo que os empreendimentos no setor de turismo, sob controle de capital estrangeiro, tivesse acesso a financiamento em moeda nacional, coisa que só pode ser em moeda estrangeira até o momento. Esta é a novidade que a Diretoria decidiu e isso ia ser encaminhado para a Casa Civil, mas envolve ação do Ministério do Turismo e do Ministério do Desenvolvimento. O **Sr. Mario F. Neto (CEF)** destaca o trabalho da Câmara de Financiamento que tem possibilitado o crescimento dos recursos para o turismo, inclusive abrindo novas frentes como agora com o Turismo Rural. Destaca também o crescimento nos financiamentos da Caixa para micro, pequenas e médias empresas no setor de turismo com participação de 29% do total dos financiamentos. Informa que a Caixa já atingiu mais de 200 mil Cartões de Turismo vendidos e só em 2005 foi liberado, como limite de crédito, mais de 240 milhões para pessoa física e destes, 240 milhões sendo mais de 95 milhões de autorizações gastos. O Cartão já proporcionou que 95 milhões de reais fossem gastos no *trade* turístico, notícia bastante interessante e um detalhe, o crescimento mensal do volume de dinheiro gasto no setor pelo cartão tem crescido a uma ordem de 14% ao mês, o que é fantástico. O **Secretário Milton Zuanazzi** agradece e relembra que quando a Caixa lançou o Cartão esperava ter 100 mil clientes. O **Sr. Mario F. Neto (CEF)** diz que eram 70 mil e 270 mil até 2007 e, 80 mil até o final desse ano. O **Secretário Milton Zuanazzi** informa que já tem 200 mil e o ano não terminou ainda, o que isso significa muito em função do que está vivendo o setor. O **Sr. Mario F. Neto (CEF)** informa que esse ano, não tem o dado no momento, mas só de patrocínio e investimento em divulgação no setor foram aplicados mais e 1,5 milhão de reais, inclusive com o Salão de Turismo. **Sr. Moarim Rodrigues (CONTRATUH)** deixa registrado alguns pontos de interesse para a reunião. Parabeniza e faz moção de apoio ao companheiro **Sr. Eduardo Barnes (ABRATUR)** por colocar para o Conselho a tese de férias dos trabalhadores brasileiros que a exemplo do Banco de Horas, cria uma Lei e passa a vigorar no acordo coletivo fechado com Sindicato e Empresas e, coloca o apoio da Confederação. Lembra que no Conselho são poucos representantes dos trabalhadores. Deixa a proposta para o Conselho e a Câmara Temática de Estruturação onde os representantes faltam às reuniões e também no Conselho que se discuta a possibilidade das entidades indicarem mais dois suplentes, tendo em vista a disponibilidade de agenda de alguns companheiros para participar das reuniões. Propõe ainda que sejam

viabilizados estudos para criação de um Fundo Constitucional para o Desenvolvimento do Turismo, o que permitiria uma menor dependência de emendas parlamentares, bem como, fortaleceria a parceria com os projetos da Câmara Temática do Turismo Sustentável e Infância. Sugere para a Câmara da Superestrutura, no relatório da 10ª reunião, que o Ministério apresente gráficos sobre a criação de empregos, onde foi criado, qual o setor e o ganho real que o trabalhador está obtendo. Sobre a qualificação, diz que o FAT é um recurso que os trabalhadores tem para sua formação e reciclagem e que, apenas tem acesso ao mesmo, o SESC, o SENAC e as Centrais Sindicais, enquanto que os Sindicatos, as Federações e as Confederações não têm e, são estes que constituem a base dos trabalhadores. Coloca as sugestões para que, nas próximas reuniões, o Conselho discuta e abra esse espaço. O **Secretário Milton Zuanazzi** esclarece que o turismo tem um Fundo Constitucional o FUNGETUR, aliás histórico, criado na década de 70 e destaca o esforço para torná-lo operacional novamente, inclusive com recursos. Diz que basta olhar no orçamento do Ministério o que consta, mas que passou por uma grande auditoria em função de mudanças, inclusive da legislação dos Fundos. Diz que está agora numa fase quase final para utilização, por parte do Ministério e setores de turismo, assim todo o esforço não deve ser para fazer um novo Fundo, mas viabilizar o que já existe, com recursos inclusive. Quanto à questão dos indicadores, informa que o Ministro, quando mostrar os resultados do ano, vão aparecer na área do emprego especificamente e, tem dito que é um trabalho mais difícil, porque como o próprio representante do Ministério do Trabalho falou primeiro no CAGED que só trata dos assalariados com carteira e, como se sabe, não é a totalidade do setor turístico. Segundo, no SIGTUR, programa apresentado na reunião passada do Conselho, referente ao Monitoramento do Plano Nacional, numa parceria com a UNB, onde são identificados os indicadores de emprego turístico, formais e informais. Quanto à questão do segundo suplente no Conselho, é uma questão que o próprio Conselho tem que tomar a decisão, se achar que é necessário, a proposta está aberta. Considera, no entanto, que é bom que tenha sempre um titular e no máximo um suplente, para que o grupo seja sempre o mesmo, tenha uma identidade, acompanhe as reuniões. Ressalta que nas Câmaras Temáticas cada entidade indica a pessoa mais apta sobre o assunto. Se o conselheiro concordar, não coloca o assunto em votação. O **Sr. Moarim Rodrigues (CONTRATUH)** ressalta que o único problema é que quatro faltas suspende o representante. O **Secretário Milton Zuanazzi** diz que são cinco faltas, mas quando a entidade não manda ninguém em um ano e meio, seu titular ou suplente, significa que a entidade não quer mesmo participar do Conselho, porque a reunião é a cada três meses, e mais, são cinco faltas não justificáveis. **Sr. Roberto Dultra (BITO)** pede a palavra para expressar em nome da BITO, da Câmara Empresarial de Turismo e da Confederação Nacional do Comércio, a opinião unânime de todos os participantes sobre a solidariedade em apoio à proposta que o Ministro fez durante audiência pública no Senado Federal, sobre os vistos. Considera a proposta interessante com apoio do Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores. Solicita deixar registrado no Conselho e coloca à disposição do Ministro fazer o que for necessário para o projeto chegar ao Senado e ser votado. O **Secretário Milton Zuanazzi** destaca a necessidade dos Conselheiros terem noção que o Ministro obteve unanimidade, pois foi uma colocação da Câmara Temática de Legislação e, portanto, ressalta a importância das Câmaras. Fala na sugestão do Sr. José Marino Neto que não tínhamos que discutir se somos a favor ou contra vistos, mas simplesmente abrir a possibilidade, que por decreto o Brasil abre mão, por um determinado tempo, de vistos daquele país. Não mexe na Lei de Reciprocidade, não altera nada da nossa soberania, mantém-se intactos os nossos interesses, porém por interesse do turismo brasileiro pode-se decretar que os cidadãos, digamos japoneses, norte americanos, estarão liberados do visto por interesse do turismo. Com isso criaríamos uma Lei que não briga com ninguém, não altera a essência da existência da Lei no Brasil, não mexe com valores inclusive nacionais e nacionalistas, mas ao mesmo tempo, dá ao turismo a oportunidade de captar turistas em mercados emissores importantes e o Ministro levou isso, que vínhamos insistindo. A Câmara já havia apresentado, evidentemente que apóia politicamente a Lei do Deputado

Cadoça que é inconstitucional, não pode-se fazer uma Lei dizendo que fulano de tal não pode mais ser barrado. O país tem soberania sobre quem nos visita, sempre terá e, se amanhã quisermos ter uma restrição sobre um cidadão norte americano ou japonês, o Brasil teria essa soberania. No entanto quando se introduz um parágrafo liberando por Decreto, aí sim, não ferimos a Lei da soberania nacional e passamos a ter um instrumento em defesa de um interesse econômico do Brasil. Informa que a discussão surgiu na Câmara da Legislação, foi amadurecida e levada ao Ministro que colocou perante a Comissão do Senado, sendo aprovado por unanimidade. O **Secretário Márcio Favilla** acrescenta que em relação a isso, foi falado que está sendo preparado um Projeto de Lei no âmbito do Executivo para ser mandado ao Legislativo, que é uma nova Lei do Estrangeiro, pois a atual de 1980, encontra-se defasada em muitos aspectos mas, no entanto, pode levar muito tempo em tramitação no Congresso. O **presidente da EMBRATUR Sr. Eduardo Sanovics** pede a palavra para, até por conta das manifestações da manhã, enfatizar que a equipe do MTur não inventou o turismo e muito menos o turismo no Brasil. Dezenas de companheiros e colegas antecederam e outras dezenas vão suceder e, tem a certeza que todos vão trabalhar para melhorar e ampliar os resultados de todos os setores hoje envolvidos com a atividade econômica. Acredita que pode, com toda segurança profissional e gerencial, reivindicar os expressivos resultados no que diz respeito à economia deste país. Diz que a Embratur nesse processo todo não se manifestou e não se manifestará, enquanto for presidente da instituição, por discursos, adjetivos ou por considerações pessoais. A Embratur se manifesta e isso é uma determinação do Ministro Mares Guias ao qual concorda integralmente com os resultados que apresenta ao mercado e a sociedade. Entende inclusive que a melhor forma de agradecer aos colegas dos diversos setores de mercado que vem se manifestando a respeito dos programas é continuar entregando a este mercado e à sociedade, os resultados que vem prestando à economia nacional. “O nosso compromisso é cumprir a Lei, mas o compromisso fundamental é com o turismo brasileiro, com a economia do país, com o mercado e a sociedade e, com os resultados que podem apresentar. Assim, a nossa posição, inclusive anterior aquela matéria era, se a demanda é mudar o modelo mudamos, não temos nenhum problema, o que não podemos nunca, nenhum de nós que no final do dia depende do turismo para pagar as contas, é abrir mão de resultados que podem ser mensurados e avaliados do ponto de vista do que representam no negócio de cada uma das entidades, ou para a representação individual”. Diz que gostaria de prestar as homenagens, de público, aos colegas da Federação dos Convention Bureau que assumiram o risco de entrarem juntos em um programa inédito, assumiram o risco de serem parceiros em um programa que sabíamos, pelo ineditismo, que geraria uma polêmica brutal dentro da estrutura burocrática, mas que agora, completada a sua primeira fase, parte para um segundo processo com empresa contratada, parte para uma nova fase, mas é importante que fique registrado na memória de todos, o papel destacado e positivo dos parceiros que se lançaram nesta empreitada. Ressalta que isso é parte do programa de Promoção Comercial no turismo brasileiro, que por sua vez é parte do Plano Nacional de Turismo que define o conjunto das ações. Acredita portanto que os dados resultantes prestam conta, em nome de toda a equipe da Embratur, que pode estar exausta e cansada, mas que na quinta feira à noite estará com toda a equipe fazendo o Seminário de Planejamento para 2006 e, construindo um conjunto de perspectivas para cumprir as metas do Plano Nacional de Turismo em 2006 e se Deus quiser, também superando com a mesma energia que procuram atingi-las ou até superá-las ao longo deste ano. Agradece a todos. Aplausos. O **Sr. Paulo Boechat (Federação do Convention Bureau)** deixa registrado, com a ausência do Moreira que teve de sair, que a nova empresa que ganhou a licitação terá todo o apoio da Federação, independente de qualquer coisa estarão abertos para dar continuidade ao trabalho, porque a Federação não tem finalidade lucrativa, os negócios e a união de todos é o que desejam e estão em benefício do turismo no Brasil. Parabeniza ao Eduardo por tudo, principalmente porque sofreu com a incompreensão daqueles que não entenderam o que estava sendo feito pelos EBT's. Parabeniza pelo que disse. O **Sr. Ministro Walfrido** destaca que, em função da consolidação dos resultados obtidos em

conjunto no Conselho, as condições de reconhecimento do Congresso Nacional e da sociedade brasileira e, da prioridade dada ao turismo como política de estado, pelo governo do Presidente Lula, o Conselho Nacional de Turismo devia se organizar e, como seu presidente, propõe e coloca o Ministério como coordenador para organizar, com os Conselheiros, até 30 de abril de 2006, todas as informações existentes e elaborar um **Plano Nacional de Turismo**, no mínimo a partir das metas para 2007, do atual Plano, prospectivo para 2010 porém com foco, no mínimo até 2015. Destaca os estudos do Chias com o Plano Cores do Brasil e Plano Aquarela, mais as experiências que vivenciam os setores, em todos os segmentos aqui representados. Considera que temos condição de apresentar aos partidos políticos e aos candidatos, um Plano Nacional para o Turismo, independente de quem será o Presidente da República. Concorde que é uma "obrigação do governo preparar o setor para a próxima democracia, pois a oxigenação é importante e existirão candidatos no ano que vem, disputando o governo, apesar que de minha parte, espero que o Presidente Lula seja candidato a sua reeleição". Ressalta que, independente de qualquer coisa deve-se preparar um Plano completo, com muitos detalhes, estatísticas, estabelecimento de metas indicadas pelo Conselho. Enfatiza sua vontade em primeiro, convidar e propor para o Conselho aceitar e, caso positivo, solicitar que cada um, no seu setor específico, comece a trabalhar imediatamente para marcar um prazo para no final de janeiro o Ministério receber as primeiras contribuições, por escrito, fazer reuniões setoriais e novamente, três anos depois, com a mesma coordenação, termos um documento do Conselho Nacional do Turismo, nomeado pelo Presidente da República, para aconselhar ao governo nas políticas de turismo, ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira. Considera extremamente oportuno o comprometimento de todos para fazer o estudo completo de todos os setores, sobretudo porque acaba de receber e, será distribuído para todos os Conselheiros, o Relatório da Organização Mundial de Turismo com estudos até 2015, 2020. Lembra que podem ser estabelecidas metas do turismo internacional, das divisas, do turismo nacional com números do turismo rodoviário, aéreo e dos cruzeiros marítimos. Sugere a segmentação de tudo que for necessário e eleger depois as prioridades, pois "a boa prática manda que elas não passem do número de dedos que cabem numa mão". Destaca que selecionar três prioridades é melhor do que cinco, porque anda mais rápido, mas destaca que "uma é a rainha de todas, que é o número de empregos a serem gerados", então submete a proposta ao Conselho. O **Secretário Milton Zuanazzi** diz que, na verdade o Sr. Ministro está propondo o que foi feito há alguns anos atrás. O **Sr. Ministro Walfrido** considera que é muito mais, não é uma lista de coisas, mas um Plano com metas, com começo, meio e fim. Destaca que conhece o trabalho do SEBRATUR e considera maravilhoso, mas quer um negócio que vai ser grande, porque já tem todas as informações, tem tudo escrito, não são intenções. O **Secretário Milton Zuanazzi** passa algumas informações decididas no último SEBRATUR, junto com o Presidente das Comissões de Turismo da Câmara e do Senado e, da Frente Parlamentar de Turismo, e no próximo evento, a se realizar em 2006, será feito novamente um trabalho como o anterior, em todos os estados da Federação, chamando o *trade* para comparar com o que foi apresentado quatro anos atrás, o que avançamos e o que ainda necessita. Informa que isso foi uma decisão tomada na semana passada, quando não estava em Brasília. O **Sr. Ministro Walfrido** diz que uma coisa é uma carta de intenções com preocupação geral e outra, é o que se propõe a fazer, quanto vai custar, quem vai fazer, onde vai ser, em quanto tempo, incluindo metas. Caso contrário, é mais uma carta de intenção e, não deve-se perder tempo, já tem coisa demais escrita. Enfatiza que o Plano é para o próximo governo, tem que haver compromisso com o mesmo, até para que qualquer que seja o governante que entre, saiba que a demanda do setor do turismo não se dá em quatro ou cinco coisas genéricas, mas em um conjunto de atividades. Muitas delas genéricas, outras específicas, com metas, recursos, orçamento, previsão de gente, prazos e tudo. Esclarece que conversou no Senado no dia anterior, mas quer muito mais, não quer um conjunto de boas intenções, que é o papel do Senado. Destaca que o papel do Congresso não é fazer Plano, mas fazer Lei, fiscalizar o Poder Executivo, por outro lado, cabe ao Ministério esse conjunto que representa

o turismo nacional. Diz que, se forem entregues para os candidatos o que o turismo pensa e quer, vão levar a sério. O fato do Ministério coordenar a ação, não tem problema nenhum, porque é um trabalho técnico. O Plano serve para antecipar o futuro, garantir que as coisas aconteçam e, responsabilizar quem tem que fazê-lo, até para o futuro governante não criar condições inadequadas e também, para o Ministério operar. Espera com isso que os governantes tenham um comprometimento à priori de que o setor é profissional, não faz experiências. Diz que teve “graças a Deus”, esta condição e quer aproveitar para garantir que outros tenham o mesmo no futuro, pois não tem nada melhor do que, um conjunto reunindo os representantes e segmentos do turismo. Se todos chegam a conclusão que este é o Plano ideal para os próximos anos, não apenas quatro anos de mandato de um governo, mas 10 anos, nada impede de definir com rigor as metas de investimentos, de treinamento, capacitação, chegada de turistas, desembarques, de tudo até 2015 e, em 2010, afina de tal maneira que entra o primeiro mês e já pode trabalhar para ver resultados. Indaga se foi entendida a sua proposta, para ficar bem claro. Considera que o SEBRATUR vai ajudar muito, como também as Universidades, as entidades, os Conselhos. Espera fazer um Plano para valer. O **Sr. Moarim Rodrigues (Contratuh)** parabeniza o Sr. Ministro pela ação e como sugestão, deixa para os colegas a possibilidade de fazer isso acontecer de verdade. O próximo governo que entrar, não poderá acabar com o Ministério do Turismo e todo este trabalho feito. Destacou que será realizado um Congresso em Brasília e vai sair uma Carta e, vão estar chamando os futuros candidatos para o compromisso que o Ministério do Turismo continue com as ações. O **Sr. Apostole Lázaro (ABETAR)** diz que os representantes do transporte aéreo regional parabenizam, mais uma vez, o Ministro Walfrido, a quem devem muito. Comunica que na sexta feira passada a ABETAR formalizou um acordo com um grupo em São José dos Campos chamado Néctar, com pesquisadores do ITA. Informa que o Néctar é um núcleo de estudo de competição e regulação do transporte aéreo justamente para prover o setor não só do espaço aéreo, mas as autoridades e instituições financeiras de dados confiáveis sobre o transporte aéreo regional. Diz que estão falando de tudo, terão idéia de quilômetros voados, empregos criados, frotas de aeronaves, dados financeiros com balanço das empresas para editar anualmente. Discorda do amigo da ABRASTUR quando enfatiza que Companhia Aérea é gargalo, pois existe uma limitação, é um negocio meio ingrato que exige investimentos altos, com margem de lucro apertada, além das dificuldades de mercado. Infelizmente tem todo um processo burocrático. O **Sr. Ministro Walfrido** indaga se o Conselho topa o desafio de todos darem as mãos, cada um com a sua contribuição, por escrito, para fazer algumas reuniões setoriais, aproveitar a experiência de cada setor. Repete que o Plano seria um “Plano do Turismo” de cada segmento a coordenar, a ser aprovado na reunião do Conselho, talvez uma reunião especial em abril só para aprovar o Plano. Diz que representará o Plano do Turismo Nacional dos próximos 10 anos e não do governo. Ressalta que obviamente será levado ao Congresso, será discutido nas Comissões do Senado e da Câmara para que, independente de quem seja o governo a partir de 2007 ou 2010, o Congresso se comprometa também em alocar recursos e aí fazer levantamento dos investimentos de todos os segmentos. Com isso, qualquer um que ganhar, já sabe que na área do turismo tem uma contribuição relevante em todo o setor e, não de apenas algumas pessoas que, eventualmente tendo acesso ao candidato, dão alguns palpites. **Secretário Milton Zuanazzi** ressalta a proposta do Ministro que vai ser do turismo brasileiro, não é para este governo, mas para o nosso futuro. Pede então uma moção para aprovar, por unanimidade, como uma proposta e até nomear uma pessoa que coordene, já estipulando datas para as associações darem as suas contribuições em um calendário até 29 de abril, data da formulação do 1º Plano Nacional de Turismo e, comemorar com o novo Plano até 2015. Parabeniza a sugestão do senhor Ministro considerando que a proposta facilita, pois já existe o Plano Nacional com 7 macro programas e se todas as entidades presentes observarem os programas e respectivas ações, vão encontrar aspectos que correspondem e outros que não, aos seus interesses. Ressalta que uma leitura aprofundada já deverá demonstrar aquilo que o Conselheiro entende que falta e que deveria ser acrescentado,

responsabilizando-se quanto as metas. Sugere mais isto no Plano e, para monitorá-lo, deve-se enfatizar qual a meta que está propondo, pois fica mais fácil depois para consolidação. Lembra que o Plano Nacional de Turismo foi lançado em 29 de abril e, sugere 29 de abril de 2006, em reunião extraordinária, para lançar o novo Plano para mais 10 anos. O **Sr. Ministro Walfrido** lembra que está no Portal www.turismo.gov.br de onde pode-se inclusive fazer toda esta comunicação. Como vai ser um conjunto de idéias, já deve-se partir para uma coisa concreta, como disse o Milton vai ser muito abrangente, haverá necessidade de lidar com outros Ministérios. Propõe para coordenar as ações do Plano, o **Secretário Márcio Favilla** que é o vice Ministro, muito organizado, possui acesso no Ministério. Ressalta que obviamente, o planejamento, o detalhamento serão feitos na Diretoria de Planejamento do Turismo, cuja diretora é a **Anya Ribeiro**, da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Lembra que o conjunto das negociações dentro do Conselho, dentro do governo com outros setores como, Meio Ambiente, Cultura, Infra-estrutura têm que ser levantados em todos os detalhes, com os quilômetros de estrada para serem asfaltados permitindo o acesso dos ônibus dos turistas. São muitos dados para levantar, não é apenas escrever as intenções e achar que acontecem por milagre. Pode-se ir muito mais além do que temos hoje, por isso o **Secretário Márcio Favilla** deve ser o coordenador de toda essa massa de informações e dados e, na medida que forem sendo peneirados, passa para a Secretaria Nacional para que trabalhe. Informa que está indicando o nome do **Secretário Milton Zuanazzi** para a presidência da ANAC e que já recebeu o apoio de muitas entidades, portanto já está pensando na frente. Considera que o Secretário Milton tem grande talento pessoal, com pensamento estratégico, capacidade de coordenação e nível de articulação inusitados e, mesmo que fosse continuar no Ministério, porque ainda não está escolhido, mas que já está trabalhando para isso com todas as forças, pela convicção dos méritos que ele tem, e assim, como é preciso articular com outros órgãos, o Favilla assume a coordenação e também, porque deseja pessoalmente participar e debater, desta vez muito mais, porque existem todas as condições de fazer um trabalho extraordinário para entregar para os próximos governos e não podemos perder este pique de jeito nenhum. Submete à aprovação. Ok. Aplausos. Em continuidade, fala do Boletim de Desempenho da Fundação Getulio Vargas que Constitui o 8º relatório, onde a cada 3 meses pesquisa entre 850 a 950 empresas, de vários segmentos de turismo, para ter a medida do que aconteceu no trimestre passado e a opinião sobre o que acham que vai acontecer. Ressalta que o setor inteiro apresenta uma opinião majoritariamente positiva de que o faturamento neste ano deve aumentar o número de postos com o trabalho e os investimentos devendo aumentar. Fala sobre a entrada de dólares no trimestre julho, agosto e setembro de 39% a mais que no mesmo trimestre do ano passado, quando foram arrecadados 670 milhões de dólares e neste ano, 976 milhões de dólares, o que leva a uma meta de atingir no mínimo 4 bilhões de dólares no Banco Central. Então o dado de 2002, o último ano anterior a nossa entrada, o Banco Central arrecadou 1 bilhão 988 milhões de dólares, sendo 2 bilhões por causa do turismo, 3 anos depois entram 4, dobrando em 3 anos, sem contar o que entra extra. O número de turistas que chegou no Brasil em 2002 foi de 3 milhões e 800 e, o que vai chegar neste ano deve ser 5.600, pouco menos de 50% de aumento. A entrada de divisas dobra em 3 anos, é este esforço que estamos fazendo, significa crescer em média 30%. Pegando o dado formal do Banco Central estamos dobrando em 3 anos, o que é muito relevante, 50% de aumento em número de turistas e 100% de aumento das dívidas, representando que o turista que está chegando está gastando mais, portanto com mais qualidade. O **Sr. Alain Baldacci (ADIBRA)** faz algumas observações sobre a Câmara de Financiamento e a de Superestrutura, mas antes diz que concorda com a sugestão do Ministro que as entidades dos setores se apresentem e, já deixa registrado o desejo da área de Parques Temáticos de fazer uma apresentação ao Conselho, quando a organização da reunião melhor desejar. Ressalta que a Câmara de Financiamento, já no 3º ano do Ministério do Turismo, enfrenta realmente problemas enormes, o que era de se esperar, pois culturalmente existe um fosso enorme entre os tomadores de empréstimo e os bancos oficiais. Manifesta a satisfação de que as coisas, embora numa velocidade muito menor, vem acontecendo o que dá bastante

animo à abertura que o BNDES promove agora ao turismo com o pedido de prioridade da Casa Civil e também da abertura dos financiamentos das empresas controladas por estrangeiros. Considera que a flexibilização vai ajudar todo o setor de investimentos a encontrar esse espaço dentro das metas do Plano Nacional. Destaca sua participação efetiva no Plano de 2015, pois já ficam colocados 10 anos na frente sobre as intenções das metas de financiamentos no país. Considera também que precisa haver e, aí é uma decisão do Ministério e do Ministro, se há disposição de fazer uma atuação pontual para que essa gestão, ainda mesmo que continue no ano de 2006, apresente alguns resultados concretos na área de financiamentos. Pede para deixar duas solicitações. Uma seria ver os casos emblemáticos de reabilitação de inadimplentes que ainda prejudica os setores. Algumas empresas estão dispostas a renegociação das suas dívidas e não tem, pelos pagamentos dos Bancos, condições de fazerem isso e, é uma solução que precisa ser dada, o que exige uma ação pontual. A outra coisa, é a aplicação de parâmetros internacionais como os portugueses e espanhóis demonstram no exterior, com o *Project Faines* se pode ser adotado pelos Bancos sem termos que esperar este processo longo de chegar a 2015. Faz observação sobre a Infraero, uma grande parceira do Ministério do Turismo, que tem colaborado com verbas substanciais para promoção no estrangeiro. Destaca que nos aeroportos não existem espaços primordiais para as informações turísticas, os custos dos pontos comerciais são excessivamente altos. Pede ao BNDES que no próximo relatório setorial, se possível, que seja da área de Parques Temáticos e para tanto oferece colaboração. O **Sr. Marcelo Sáfadi (FORNATUR)** esclarece que a Infraero não cobra mais pelo espaço, mas pelos serviços utilizados com água e energia. Sugere remeter para a **Secretária Maria Luísa** o documento que a Infraero se compromete em não cobrar o aluguel de locação, mas que ainda cobra a energia elétrica e água. O **Sr. Norton Lenhart (FHRBS)** relata a reunião que a Federação Nacional de Hotéis participou na OMT em Dakar no Senegal. Faz antes um reconhecimento público ao trabalho do Secretário Favilla na OMT defendendo os interesses do Brasil. Aplausos. O **Sr. Norton Lenhart (FHRBS)** traz ao conhecimento dos Conselheiros que a OMT tem um Conselho de membros afiliados que reelegeu o vice presidente um representante do Brasil e, apresenta algumas vitórias conquistadas para o setor empresarial principalmente, que passa a fazer parte de uma força tarefa de 8 pessoas na OMT. Informa sobre a reunião dos membros afiliados com grandes empresas representativas do setor privado a ser realizado junto com o Fórum Mundial de Turismo em Porto Alegre. A **Sra. Cleuza Soares (FENAGTUR)** ressalta que vivenciam um momento diferenciado na categoria e no Conselho Nacional. Faz uma moção muito especial ao Ministério através da equipe da Tânia Brizolla, solicitando através da Câmara de Segmentação um encontro com as entidades empregadoras, com relação direta com o Guia de Turismo, ou seja, as Agências de Viagens, os operadores, para um encontro encabeçado pelo Ministério através da Câmara, para efetivar o Plano Estratégico da Federação e delinear aspectos pertinentes a relação empregado empregador, seja na questão da fiscalização, remuneração e, principalmente da qualificação. O **Sr. Carlos Solera (ABRATUR)**, faz agradecimento especial a todas as entidades e oficialmente ao Ministério do Turismo e o Sebrae, parceiros na 2ª edição da Feira Nacional de Turismo Rural, realizada em São Paulo com cerca de 180 expositores e visitada por 25 mil pessoas. Destaca que a ABRATUR hoje tem representação oficial em 19 estados brasileiros e foi muito importante a participação do Ministério do Turismo, dos Ministérios das Relações Exteriores e da Cultura, onde foi debatido o patrimônio material e imaterial da ruralidade brasileira. Propõe convidar, para compor o do Conselho Nacional no próximo ano, o Ministério da Agricultura e o Ministério da Educação. Através do Instituto propõe ao Ministério um plano piloto para criar uma cartilha de turismo rural, para incluir nas grades das diversas secretarias da educação, com trabalho auxiliado pela EMBRATUR. O **Sr. João Martins (ABAV)** comunica que no dia 27 próximo passado o Conselho Nacional da ABAV elegeu a nova diretoria por ele encabeçada e mais 16 Abav's estaduais, em consenso construído respeitando os grandes líderes do mercado e em parceria com as pessoas que representam as entidades. Faz uma moção de apoio à EMBRATUR, pois a ABAV está no

seu stand em todas as Feiras internacionais e tem conseguido configurar a importância dessa parceria. Afirma ser testemunho do trabalho sério, responsável, e profundamente profícuo para o turismo internacional para o país realizado pela EMBRATUR. Diz que o Ministério do Turismo teve a felicidade de perceber o que é uma parceria pública privada e todos saem satisfeitos, conseguem dialogar e encontrar caminhos conjuntos, mesmo sabendo que muitas vezes tem algumas divergências internas. É indispensável que o Ministério do Turismo continue a proliferar estas parcerias e reconhecer nesta índole que é o melhor caminho a percorrer. O evento ABAV foi um exemplo deste fato. O **Sr. Felipe Aragão (ABETA)** que participa pela primeira vez enquanto presidente da ABETA indaga aos representantes da Caixa Econômica, Banco do Brasil e BNDES sobre os financiamentos para as pequenas empresas do turismo que contempla a exigência da garantia real, considerando a dimensão ainda restrita e a dificuldade de bens para garantia do financiamento. A **Secretária Maria Luiza** responde que é claro que vai continuar existindo garantia reais como todo financiamento, não tem como não ter, mesmo considerando que são pequenas. O Fundo de Aval continua exigindo garantia real, mas reduz muitas vezes o risco da operação, melhora a postura do Banco em relação a concessão do empréstimo para o tomador. O **Sr. Felipe Aragão (ABETA)** destaca o ponto levantado pelo representante da FENACTUR sobre a nova figura que teoricamente venha a competir com os guias que é o condutor de turismo de aventura, pontual do nosso segmento, uma situação que não contemplada pela Lei dos Guias de Turismo mas que a própria evolução do turismo trouxe esta nova modalidade de mercado. Destaca que hoje não existe curso, ainda é informal, mas esclarece que é importante ter realmente uma conversa com a entidade para deixar claro a necessidade urgente de organizar o setor, estabelecer as competências diante da premissa da segurança. Registra a assinatura do convênio que a ABETA firmou com Ministério do Turismo para fortalecimento do segmento no país, com o manual de boas práticas e a criação de grupos voluntários de busca e salvamento. A **Secretária Maria Luiza** informa que desde 2003, finalmente o Sistema Brasileiro de Certificação em Aventura está a norma de creditação e de certificadores de métodos ficando pronta para publicar em fevereiro, com as 19 normas priorizadas em função das pesquisas sobre acidentes. Comunica que as quatro normas horizontais, de condutores e auditores de informações mínimas de gestão da segurança ao turista, estão ficando prontas agora. Informa que junto com a associação Férias Vivas está montando uma estratégia de informações ao consumidor e deverá passar comunicado para todos porque isso muda o posição do Brasil que passa a disputar o mercado de aventura com outros países. O **Sr. Cláudio Magnavita (ABRAJET)** ressalta que na última Ata fez uma observação em relação à necessidade de aproximar o *trade* turístico da aviação comercial e hoje o Sr. Ministro dá a grande notícia da indicação do Milton Zuanazzi para a ANAC, que vai ser um elemento tranquilizador na aviação comercial. Diz que está registrada na última Ata que a Varig esteve na eminência de uma intervenção da justiça quando houve uma troca de diretoria e o trabalho de mobilização feito pela ABRAJET, ABRATUR, FAVECC e ABAV, que compareceram ao Rio de Janeiro para a audiência na 8ª Vara e, graças a visão do *trade* com relação à crise da aviação comercial fez o Juiz entender sobre a empresa. O **Sr. José Zuquim (BRAZTOA)** diz que deixaram claro que qualquer mudança na estrutura diretiva da Varig poderia gerar nervosismo no mercado. Foi então colocada a questão da solidariedade, não retirando nossas vendas da Varig para que a mesma possa continuar com o seu processo de recuperação judicial em tranquilidade, tornando-se uma companhia novamente viável. O **Sr. Cláudio Magnavita (ABRAJET)** ressalta que foi extremamente importante praticar algo colocado no Conselho de Turismo, desdobrado de uma forma muito efetiva. Manifesta a necessidade de extrapolar e pensar o Conselho de Turismo do futuro e diz que considera o grande erro ocorrido no Conselho é que as decisões, as conversas migram para uma Ata, que é muito tênue na divulgação da mídia sobre o que se faz e o espaço que cresceu de forma paulatina e hoje, existe a eminência de 2006 com a necessidade do Conselho se abrir para o mercado, para atividades externas. Sugere que se passe a editar para o Conselho o Boletim da ABRAJET. Pode inclusive colaborar com os

seus jornalistas, fazendo um boletim trimestral no cronograma da própria reunião do Conselho, onde cada entidade receberia uma quantidade para os seus associados e faria o enraizamento da informação sobre o que ocorre no Conselho. Com relação ao Salão de Turismo trouxe o apoio do Sr. Tarcísio Gargioni da Gol, do Sr. Wagner Ferreira da Tam e, da Varig o Sr. Marcelo Bottini para que a ABRAJET possa trazer um número maior de jornalistas convidados para o próximo Salão, sem ônus nenhum para o Ministério. O **Secretário Milton Zuanazzi** agradece e diz que deve estudar a questão do Boletim, que a proposta é bem vinda. O Sr. Adair Rocha (**Ministério da Cultura**) por considerar a relação forte da Cultura com o turismo mostra a importância da parceria porque, quando o Ministério da Cultura colocou os pilares da representação simbólica da economia e da cidadania, certamente o caminho a trilhar, a cultura entra na pauta do país e na repercussão internacional da diversidade cultural, a proteção e o reconhecimento ao patrimônio imaterial. Informa que no dia 13 inclusive o Ministério do Turismo vai estar assinando um dos termos de cooperação na abertura da Conferência Nacional de Cultura, onde certamente mais de 40 mil pessoas estarão engajadas na formação e gestão territorial. Com a criação do Conselho Nacional das Culturas e das Políticas Culturais, coloca o Ministério da Cultura para estar junto construindo. O **Secretário Milton Zuanazzi** agradece e dá as boas vindas ao Conselheiro para que seja sempre efetivo e participante. O **Sr. Mário Beni (Indicação do Sr. Presidente)** cumprimenta o Ministro pela proposta do Plano Decenal de Turismo considerando que a ação é dinâmica, que a sua administração, com a sua equipe, sem nenhuma ressonância, vem imprimindo ao Ministério e, precisa ser preservada e ter continuidade. Indica a possibilidade de transformar este processo que em boa hora, a Anya Ribeiro trabalha com o SIGTUR Sistema Integrado de Gestão e Monitoramento do Plano Nacional para que seja um instrumento permanente de avaliação. Considera que a única possibilidade de assegurar a continuidade de um processo, em que pese o respeito que tem às demais entidades que compõem o Conselho e, criar junto à Universidade um Conselho de Pesquisa, capacitação eventualmente, como um instrumento de avaliação. Então indica a UNB, Universidade Federal que hoje integra a rede com seis programas de pós-graduação em turismo. Existem hoje, com a UNB, sete universidades no país sendo que seis tem curso de mestrado e apenas um de doutorado que é a Universidade de São Paulo. Assim, sugere que o SIGTUR possa ser ampliado e pensado como um conselho permanente, no sentido de “observatório” como se faz na Europa e nos Estados Unidos, de caráter técnico científico, com pesquisa e monitoramento, ampliando se for possível com a presença ou representantes das universidades que mantêm um curso *estrito censo* de Excelência em Turismo. O **Secretário Milton Zuanazzi** agradece ao professor e diz que a orientação está muito em acordo com aquilo que o Ministério debate e, com certeza, esta é a linha que se deve buscar, de “observatório” junto com o inventariamento da oferta brasileira. O **Sr. Ministro Walfrido** pede licença primeiro para desejar a todos um Feliz Natal junto às famílias,. Aspira um “ano com muita paz e tranquilidade para que possamos construir muito mais ainda, além de solidificar nossa parceria e amizade”, pede desculpas mas que está sendo convocado pelo Presidente para uma reunião as 17:30. Deixa um abraço especial para todos, agradece de coração toda a ajuda que os Conselheiros tem dado, agradece as múltiplas homenagens recebidas “que me tocam e que me incentivam e dão mais energia”. Agradece também o carinho e a consideração com a equipe do Ministério que é uma riqueza, altamente competente, motivada até o ultimo dia do mandato. Por isso teve a coragem de fazer a proposição de elaborar um Plano decenal, pensar grande e, a idéia do professor Mário Beni encaixa como luva. A melhor maneira de monitorar o Plano é pedir a uma entidade externa, com absoluta credibilidade e independência, para monitorar e dizer o caminho correto. Agradece especialmente ao professor pelas palavras porque considera que vai ser a maior contribuição que pode ser dada é conseguir deixar uma herança de fato deste trabalho conjunto de quatro anos. Deixa um abraço especial para todos e informa que o **Secretário Márcio Favilla** assume a presidência da mesa. Aplausos. O **Sr. Alexandre Zubaran (ABR)** fala que tem feito costumadamente para este Conselho a avaliação do setor de *resorts*, e que havia projetado no início do ano um

crescimento de 12% para 2005, na reunião de julho, em função do déficit na Balança Cambial do turismo projetada para aquele momento com a queda de 15% para o ano 2005. Para amarrar estes números, “todos vamos ter uma queda de produtividade em torno de 5 a 7%. Traz ainda mais uma contribuição sobre o setor de aviação, com respeito ao acordo bilateral, “vamos fazer uma análise com relação ao Brasil / Estados Unidos. Deve haver hoje cerca de 105 vôos por semana para cada parte, o que representa mais ou menos 15 vôos diários para as empresas brasileiras, e 15 para as americanas”. Diz que na prática as empresas americanas utilizam todas as freqüências autorizadas, e que obviamente em função da situação financeira do setor, as brasileiras devem utilizar no máximo a metade das freqüências autorizadas. Diz ainda que isto se configura em grande gargalo, mas que não adianta a sugestão para o Ministério ou para a ANAC, de aumentar o acordo bilateral de 105 vôos para 200, por exemplo, ou simplesmente autorizar o aumento de freqüências para as americanas, porque o que vamos assistir de fato será o aumento de freqüências no eixo Rio / São Paulo. O que precisa de fato, é promover novos “Portões de Entrada” especificamente para o Nordeste, Pantanal, Florianópolis, ou outro de interesse estratégico para o desenvolvimento do turismo. Considera que deveria ser criado algum mecanismo de Zona Franca para destinos de interesse turístico onde se permitissem às linhas americanas o aumento de freqüência, desde que para aeroportos de destinos turísticos, caso não haja interesse da empresa brasileira em atender a esta necessidade. A AA por exemplo, poderia lançar um vôo de Nova York para Recife, a Delta de Atlanta para Salvador, a *United* para Manaus, etc. Essa é apenas uma contribuição para ser levada a ANAC, no sentido de amenizar o gargalo da aviação no desenvolvimento do turismo. Reporta-se também a necessidade do aumento de competitividade para o setor hoteleiro no que diz respeito ao critério de demanda contratada de energia para hotelaria. Diz que a industria hoteleira não funciona sobre a lógica da industria tradicional, sua produtividade é altamente imprevisível, e contratar demanda em 100%, de forma linear é absolutamente injusto. É necessário que o setor hoteleiro tenha no Ministério, inserido no projeto de aumento de competitividade, o respaldo para negociação com a ANEEL, no sentido de se estudar uma alternativa, pois de fato existem perdas na alta demanda, quando tem que contratar geradores, e sofre-se na baixa demanda, quando são pagos por disponibilidade, além do pagamento do ICMS sobre o valor total da conta, que considera disponibilidade, e não consumo. A respeito do crescimento das linhas de crédito voltadas para o turismo, observa que os números que os Bancos apresentam são mais animadores, já parece haver um entendimento melhor do que é o turismo, do seu potencial, mas o outro poderoso gargalo é o financiamento para geração de demanda enquanto se observa os números financiados a níveis de 3,5 a 4% não haverá o consumo que se espera. A **Secretária Maria Luiza** fala sobre os acordos das companhias aéreas que, sabe-se são constitucionais e, se realmente conseguirmos melhorar qualquer um dos que já estão ratificados, será muito bom e, o Milton indo para a ANAC vai fazer uma grande figura. O **Sr. Martinho de Moura (ANTTUR)** informa que foi publicado pela ANTTUR Agencia Nacional de Transporte Terrestre a resolução 166, derivada da resolução 17 que até hoje disciplina o transporte de passageiros sobre regime de fretamento, em nível interestadual e internacional, incluído o transporte turístico. A nova resolução teve a redação final, já publicada mas com alguns pequenos defeitos que são prejudiciais ao turismo e, ressalta apenas um item de vital importância. Na nova resolução só pode haver embarques no limite de 200 quilômetros. Por exemplo, se a CVC organiza uma viagem turística de São Paulo para Porto Seguro, não pode haver um embarque em São Paulo e outro no Rio de Janeiro. Então na resolução 17, estes embarques tinham que acontecer no mesmo município. Diz que conseguiram quebrar isto para que fosse entre municípios de estados diferentes, mas existe um conflito de interesses entre os transportadores turísticos e os permissionários de linhas regulares que entraram com o recurso e está voltando que pode acontecer embarques diferentes, mas dentro do mesmo município. Informa que vai entrar com recurso na ANTTUR e dependendo do ambiente, deverá precisar de apoio do Ministério do Turismo porque isso inviabiliza outras operações no turismo rodoviário e fretamentos de datas especiais. Passa para o Milton Zuanazzi uma cópia com o documento

a ser entregue ao diretor geral da ANTTUR. Ressalta expectativa quanto a última versão da Lei Geral que entende não existir classificação de empresa transportadora, nem de frota e, caso positivo considera prejudicial para o segmento. Informa que não tiveram acesso a uma cópia da última versão. O **Secretário Milton Zuanazzi** fala que a equipe do Ministério está acompanhando a questão com a ANTTUR. A **Sra. Genilda Baroni (ABCMI)** agradece ao Ministério do Turismo principalmente o apoio pessoal do Milton no encontro no Rio Grande do Sul. Diz que ABCMI Nacional fica feliz pela indicação para a ANAC, pois são usuários do turismo, viajam na baixa estação e nem todos sabem que os idosos são os que mais viajam. O **Secretário Milton Zuanazzi** agradece e parabeniza pelo Congresso que foi magnífico. O **Sr. Eduardo Sanovick** lembra que tão logo assumiu a Embratur, uma das reuniões o Sr. Leonel Rossi falou sobre o posicionamento forte do Brasil junto a *Conder National Travels* revista tradicional que veio colher destinos para um segmento de consumo de padrão bastante elevado, de comportamento que agrada muito. Agora entregaram em Londres, um compensado da *Conder 2003, 2004, 2005* e com isso “queria fechar os meus argumentos para quem ainda teme avaliar os assuntos que conduzimos. A *Conder pós-preço* calculou quanto teríamos gasto se tivéssemos pago cada uma das matérias feitas aqui cujo valor nestes 35 meses é de 5 milhões 397 mil, 540 dólares. Só isso paga três anos de EBTs para se ter uma idéia e queria informar isso para o Conselho Nacional”. Aplausos. O **Secretário Milton Zuanazzi** trata do calendário do Conselho Nacional para o próximo ano. Traz como proposta o dia 18 de março no Congresso a ABEOC no Rio, reunir o Conselho no dia 16 quinta feira, a primeira reunião do ano, já com a idéia de descentralizar. Depois, para coincidir com 29 de abril, um sábado, propõe para o Novo Plano Nacional dos próximos 10 anos realizar uma reunião extraordinária, em Brasília, uma quinta feira. Em junho a melhor data seria junto com o Salão, na segunda feira, dia 05 de junho, pois todos estarão presentes e aproveita para uma reunião dentro do Salão. Em setembro está fechado com Manaus no dia 01, sexta feira e, a última do ano que vem, a princípio uma data a ser definida junto ao Fórum em Porto Alegre. Como a FIT em Buenos Aires terminaria em 28 de novembro, terça feira, a idéia de fazer 29 ou 30 durante o Fórum Mundial em Porto Alegre, fica um pouco em aberto. Se todos concordam permaneçam como estão, está aprovado o calendário. O **Sr. Guilherme (IBGE)** fala sobre as Contas Satélites e inicia se reportando à proposta do Plano Nacional de Turismo, quando o Ministro Walfrido ressalta o objetivo de construir metas concretas, com resultados para o governo e todos que participam do setor no Brasil. Enfatiza que metas e projetos se fazem a partir de dados e informação e que um dos instrumentos mais poderosos de informação na área do turismo que se tem hoje, no mundo contemporâneo, é a Conta Satélite. Apesar de ser um instrumento extremamente complexo, além de dinâmico, possibilita aos mentores de políticas públicas, informações precisas e completas sobre o andamento das medidas adotadas pelos governos. Também favorece os empresários no setor, principalmente na construção de modelos de impacto econômico do turismo e de análise orientada para o mercado. Ressalta que fala de um instrumento que reúne, pela primeira vez, considerações sobre variáveis, impactos, câmbio, inflação enfim, diversos elementos que afetam o turismo nacional e internacional. A Conta Satélite é elaborada pela Organização Mundial de Turismo o que significa que todos os países estão conformados a uma metodologia definida internacionalmente com a OMT, permitindo a obtenção de dados detalhados e com isso, dimensionar o volume e a importância econômica do turismo, recolhendo dados e informações das empresas que atuam na atividade turística e também, recolhendo informações sobre as importações de produtos que atendem a demanda turística. O **Secretário Márcio Favilla** ressalta que quando se fala sobre Conta Satélite do Turismo a tendência é pensar que entra o PIB do turismo e pronto, que seria apenas um número 4,5; 5,0 ou 5,5 % e informa que é muito mais, é tudo o que compõem o setor e o que leva a isto. Chama atenção para este ponto, porque as informações que a Conta Satélite vão proporcionar quando tiverem todos os resultados, serão informações para os setores público e privado, para se verem dentro do segmento, para comparar com outros dentro de cada estado, com outros estados do Brasil e com países. Informa que é possível

ainda ter o IPC do turismo por estado e município. O **Sr. Guilherme Paulus (CVC)** fala que o Brasil hoje está construindo a Conta Satélite tanto em nível nacional quanto regional, o que significa um esforço metodológico, de aprendizado, de obtenção de dados para o sistema estatístico visando informações completas, em nível nacional e estadual. O **Secretário Márcio Favilla** complementa que o trabalho do IBGE de certa forma é inédito no mundo, porque alguns países tem Conta Satélite em âmbito nacional e outros, possuem em determinadas regiões, mas não em todo o país, em todas as regiões, o que considera este trabalho inédito em âmbito internacional. O **Sr. Guilherme Paulus (CVC)** ressalta que as informações levantadas com a Conta Satélite de Turismo estão ligadas, não somente a produção, receita e rentabilidade das empresas, mas ao emprego, formação de capital das atividades que a OMT considera como características de turismo e, com isso se consegue referendar, ratificar quando se fala sobre a importância do setor comparada a geração do emprego no turismo e as relações econômicas. Diz que “quando afirmo que a Conta Satélite é um instrumento poderoso, porém complexo e dinâmico, que é um instrumento de síntese, é porque ao mesmo tempo possibilita resumir toda a informação da atividade turística em números, em valor gerado pelo turismo de participação no PIB do Brasil, pois é resultado de um conjunto complexo de pesquisas que compõe e constitui um sistema estatístico de turismo, necessário para construção”. Ressalta que fala de informações que envolvem, com detalhe, o emprego, o salário, a renda, a receita de atividades distintas como alojamento, transporte aéreo e complexas como alimentação e aluguel de veículos. Ressalta que fala de um conjunto de atividades que tem na demanda e no consumo do turista pontos comuns. Informa que o processo de construção da Conta Satélite, dada a sua complexidade, no acordo de cooperação técnica entre Ministério do Turismo, Embratur e IBGE, envolve uma etapa de formação técnica metodológica e outra, de identificação e avaliação de fonte de dados. O **Secretário Márcio Favilla** chama a atenção que este trabalho está sendo conduzido com treinamento de técnicos de todas as Unidades da Federação e pede inclusive, ao Presidente do FORNATUR que, na próxima reunião, leve esta notícia a todos e, disponibiliza 27 copias do material para o **Presidente Marcelo Sáfadi** distribuir com os secretários de turismo para que possam conversar com os seus governadores, secretários e colegas de planejamento. O **Secretário Milton Zuanazzi** chama atenção que o Brasil terá a primeira experiência no mundo de regionalização da Conta Satélite nos 27 entes federados, com o PIB do Brasil também por estado. O **Sr. Guilherme Paulus (CVC)** apresenta a pesquisa anual de serviços, de empresas de caráter estrutural que investiga, de forma abrangente o conjunto de atividades no setor de serviços não financeiros no Brasil e a pesquisa de orçamento familiar, feita no âmbito domiciliar, abrangente em termos geográficos, abrange as áreas urbanas e rurais de todas as atividades. Apresenta que os dados referentes a 2002 informam que as empresas pertencentes às atividades turísticas geraram 67 bilhões de reais naquele ano na sua receita operacional e, que as empresas que atuam nas atividades características de turismo tiveram importância do segmento de alimentação que aparece em primeiro lugar, seguido pelo setor aéreo, no primeiro o predomínio do fator trabalho nas linhas de produção e o segundo, do transporte aéreo, predomínio do fator capital. Destaca que a complexidade do tema estatístico de turismo, de juntar numa mesma medida informações de empresas com o usuário sobre o gastos realizados, o cruzamento das informações vai possibilitar dizer quanto se gerou em recursos o quanto se gerou em emprego no turismo no Brasil. Finaliza que a informação do que estão construindo é um sistema poderoso que há de servir de fundamental importância, não apenas pela elaboração de políticas públicas, mas principalmente para a construção e a condução dos negócios de diversos empresários que constituem do turismo. O **Secretário Milton Zuanazzi** considera que é um esforço realmente grande, a expectativa é a mais promissora possível, que a partir do ano que vem teremos um conjunto de ações que vão redundar em números muitos significativos, até para conhecermos e planejarmos. O **Sr. Eduardo Barnes (ABRASTUR)** diz que o levantamento das famílias, a demanda reprimida que existe no turismo, ajudaria demais a própria estratégia de todas as atividades turísticas uma vez que dá para saber quanto cada um gasta. Sugere conhecer também por que ele

não viaja, dentro daqueles que tem capacidade de viajar. O **Secretário Milton Zuanazzi** informa que está anotado. O Sr. **Cláudio Magnavita (ABRAJET)** pede para constar em Ata, porque não representa uma manifestação pessoal, sobre a atuação da **Tânia Brizolla** a quem faz a entrega da edição diária da ABRAJET, encadernada onde três são dedicadas ao Fórum Mundial e quatro à ABAV com registro do trabalho da Tânia. Pede uma salva de palmas dos Conselheiros. Aplausos. O **Secretário Milton Zuanazzi** considera bem merecido e parabeniza o Jornal do Turismo que fez a cobertura. Faz as considerações para a finalização da reunião deixando mais uma vez o convite para o seminário sobre Turismo Social, no Centro de Convenções de Brasília onde espera estar vencendo, pelo menos construindo, uma etapa importante para o futuro do turismo social do Brasil que envolve aspectos de demanda e oferta, no ponto de vista da inclusão social, de comunidades nesse imenso continente que é o Brasil. Informa que está em fase experimental no Rio Grande do Sul o inventariamento da oferta turística junto com instituições de ensino superior em turismo. Como última reunião do ano deixa os agradecimentos como secretário executivo do Conselho Nacional, que reuniu o ano todo com *quórum* e as Câmaras Temáticas que vem cumprindo um papel muito significativo. Chama atenção, que muitas vezes passa despercebido por todos, se juntarmos a Ata desta reunião e as manifestações ocorridas, entenderemos que às vezes pequenas ações feitas em um determinado setor, as respostas que estão se dando, vão completando um todo que tanto nos empolga e que não seriam atingidos se não fossem os esforços, as ações que ocorrem, seja na área de financiamento, de capacitação, de formatação de novos produtos, de descoberta de nichos, no envolvimento da cadeia produtiva do turismo, no trabalho dos operadores e das agencias vendendo novos pacotes que é um esforço coletivo e, não estaríamos com esta conquista. Fez o registro que o Conselho tem cumprido seu papel demonstrando os esforços, as opiniões, as pequenas iniciativas que tornam atitudes, que dão resultados no numero final do turismo brasileiro. Considera isso muito importante e, de sua parte deseja um feliz Natal e um maravilhoso 2006. Quanto a sua indicação para a ANAC, manifesta que vai continuar trabalhando pelo turismo para que seja uma atividade fundamental na vida do Brasil e dos brasileiros. Destaca que o DAC cumpriu um papel relevante até agora na vida da aviação civil brasileira, com 70 anos de bons serviços e continuará prestando, pois tem *expertise* de aviação no Brasil. Considera a necessidade de debater e criar Conselhos como esses para articular, comunicar, integrar e resultar em políticas no médio e longo prazos. A ANAC poderá cumprir o seu papel, não de aglutinação, mas político, de busca de consenso, de pensar no turismo e na atividade econômica do mundo aéreo brasileiro, a longo prazo. Por isso tem um mandato e influencia em gestão política. Assim, a Agencia pode vir a cumprir um papel muito grande e o Conselho com certeza vai aplaudir, e de “qualquer forma estar ou não na ANAC é menos importante do que estar com vocês, construindo o turismo brasileiro, isso sim é importante” e, lá continuará cumprindo este papel. A **Secretária Maria Luísa Leal** informa haver enviado correspondência para os Conselheiros com os estudos de competitividade sobre o IPI quanto ao imposto de importação sobre bens de capital e outro, sobre aceleração da depreciação. Ressalta que recebeu poucas sugestões e umas das melhores foi do Sr. Zubaran que acrescenta outras questões fundamentais em termos de competitividade. Lembra sobre o acerto e, agora o estudo está fechado, já mandou para o Ministério do Desenvolvimento, porque precisa do apoio deles e agora estão acertando com a Receita Federal sobre como deverão trabalhar. Ressalta a importância dos procedimentos adotados, o que não impede que qualquer pessoa encaminhe sugestões, ao longo do tempo, se achar necessário. Diz que a pesquisa da ABIH com a Editora Abril - Quatro Rodas, vai avaliar algumas coisas a mais e deixa claro que não estão usando nem um bem de capital por uso, que ai entraria cama e que, infelizmente é uma guerra muito difícil definir redução de IPI por uso. A Câmara ainda não entrou nesta briga, talvez seja o bem de capital mais importante no hotel, mas está entrando maquinas e equipamentos. Aproveita para dar uma ultima noticia que pela primeira vez no Brasil, depois de 20 anos, duas empresas de turismo ganharam premio de destaque do comercio exterior, o que é um marco muito importante. O **Secretário Márcio Favilla** ressalta que, por iniciativa

da Secretária Maria Luísa Leal abre-se a possibilidade de candidatos do setor se apresentar para este premio e, fomos bem sucedidos com as duas empresas o que é muito importante porque cada vez mais o turismo fica reconhecido como atividade econômica relevante e, no momento que trazemos turistas estrangeiros estamos realizando exportação de serviços. Informa que sobre a assembléia da OMT realizada em Dakar no Senegal, primeira vez que se realiza na África, conseguimos atingir todos os objetivos propostos e ressalta que a Federação Brasileira de Convention Visitors Bureau foi oficialmente aceita como membro afiliado da OMT, bem como a CTI do Nordeste e o SENAC então mais oitros entidades brasileiras na OMT como membros afiliados. Ressalta o trabalho conjunto realizado com todas as entidades, envolvendo o setor privado e também a integração no âmbito do governo com os outros Ministérios para discutir as questões do turismo o que agradece pelo apoio e por ultimo deseja a todos um ótimo Natal e muitas comemorações para um ano novo de muito sucesso e encerra a reunião agradecendo. Aplausos. Nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada a presente reunião. Eu, Secretário-Executivo, lavrei a presente ATA que, depois de aprovada, assinarei com o Senhor Presidente da Sessão, em cumprimento às formalidades legais e regulamentares.

WALFRIDO DOS MARES GUIA

Presidente

MILTON SÉRGIO SILVEIRA ZUANAZZI

Secretário-Executivo